



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

Edital nº 90.025/2026/2026 - CPL

São Luís - MA, 30 de abril de 2026

**EDITAL**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

DADOS DA LICITAÇÃO	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº</b> <b>90.025/2026</b>  <b>UASG: 980921</b>	<b>DATA DE ABERTURA:</b> 19/05/2026 <b>HORÁRIO:</b> 09h30min.  <b>SÍTIO:</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b>  15901.000153/2026	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>  Secretaria Municipal de Saúde
<b>OBJETO:</b> : Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de material médico-hospitalar para atender as demandas das Unidades de Saúde vinculadas à SEMUS	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 5.622.580,00.	
<b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO:</b>  Verificar <b>item 10</b> do Termo de Referência – Anexo I, do Edital e <b>Item 21</b> deste Edital	<b>QUANTIDADES DE ITENS:</b>  52 itens
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>  MENOR PREÇO POR ITEM	<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b>  UNITÁRIO
<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b>  PARCELADA	<b>MODO DE DISPUTA:</b>  ABERTO E FECHADO
<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:</b>  Até <b>3 (três) dias úteis</b> antes da data designada para abertura da sessão pública para o endereço <a href="mailto:membro11cpl@gmail.com">membro11cpl@gmail.com</a>	<b>PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR:</b>  NÃO
<b>PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA:</b>  <b>duas (02) horas</b> a contar da solicitação.	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b>  R\$ 0,01

A fase de habilitação **NÃO** será anterior à fase de lances.

LIC. EXCLUSIVA ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA	PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 20, 21, 24, 29, 30, 31, 34, 47 e 48.	1, 3, 12, 16, 18, 22, 25, 27, 32, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 49 e 51.	2, 4, 13, 17, 19, 23, 26, 28, 33, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 50 e 52.	SIM	SIM	NÃO	NÃO

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei nº 7.690, de 01 de novembro de 2024;

Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);

Decreto Municipal nº 62.276/2026 (Procedimentos Auxiliares das Licitações);

Decreto Municipal nº 61.092/2024 (Dispõe Sobre a Organização e Funcionamento do Sistema Integrado de Licitação do Município de São Luís);

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia);

Lei Nº 7177 DE 06/11/2023 (Lei municipal que dispõe sobre tratamento jurídico diferenciado ao Microempreendedor Individual (MEI), às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP))

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (sustentabilidade ambiental);

Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);

Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (autenticação dos livros contábeis ou não); Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais);

Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (improbidade administrativa);

**Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005** (recuperação judicial, extrajudicial e falência);

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);

Demais normas regulamentares, Princípios correlatos pertinentes à espécie e Exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:**

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

**MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:**

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) e <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1> - “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail [membro11cpl@gmail.com](mailto:membro11cpl@gmail.com), ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;
3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS					ITENS
DO	PREÂMBULO				1.
DO	OBJETO	E	VALOR	ESTIMADO	2.
DO	REGISTRO	DE	PREÇOS		3.
DOS	RECURSOS	ORÇAMENTÁRIOS			4.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL					5.
DO	CREDENCIAMENTO				6.
DAS	PARTICIPAÇÃO	NA	LICITAÇÃO		7.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS	9.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	10.
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	11.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	12.
DO MODO DE DISPUTA	13.
DA DESCONEXÃO	14.
DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	15.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	16.
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME E EPP	17.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	18.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE ...	19.
DA AMOSTRA	20.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	21.
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	23.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	24.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO	25.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO	26.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS	27.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO	28.
DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	29.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	30.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	31.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32.
SÃO PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:	

**ANEXO I** – Termo de Referência e seus Apêndices;

**ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO III** – Ata de Registro de Preços

**ANEXO IV** – Estudo Técnico Preliminar – ETP;

**ANEXO V** – Minuta de Contrato;

**ASSESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA  
ELABORAÇÃO DO EDITAL:**

**EMANUELLA SILVA DE SOUSA**

Assessor de Procedimentos Licitatórios -  
CPL/PMSL/MA

Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB

**PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELA  
CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO:**

**Nelsonairon Marques Viana**

Pregoeiro (a)- CPL/PMSL/MA

Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB

## **1. DO PREÂMBULO**

**1.1.** O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP: 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**1.2.** A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/).

## **2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO**

**2.1.** A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, de acordo com as informações dispostas nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e demais documentos anexos a este Edital.

**2.2.** A licitação contemplará 52 ITENS, conforme **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

**2.3.** O custo estimado da contratação é o constante nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**2.4.** NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DO EDITAL.

## **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1.** Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão alocados pelos órgãos interessados. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

**4.2.** No caso da licitação através do Sistema de Registro de Preços, não é necessário a indicação de recursos orçamentários, em virtude da sua natureza, exigível apenas antes da assinatura do contrato, nos termos do § 2º do art. 11 do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL**

**5.1.** Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

**5.2.** A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail indicado no **DADOS DA LICITAÇÃO**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na *extensão “pdf”* e uma via em *extensão “doc”*.

**5.2.1.** Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

- 5.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:
- 5.3.1. Número do certame impugnado;
  - 5.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;
  - 5.3.3. Razões da impugnação e solicitações de alteração;
  - 5.3.4. Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.
- 5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.6. Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.
- 5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.
- 5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 5.8. Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).
- 6.1.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2. O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 6.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.5. *No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.*

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 7.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.5. Não poderão disputar esta licitação:**

**7.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**7.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**7.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**7.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**7.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**7.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**7.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**7.5.8.** Agente público do órgão licitante;

**7.5.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**7.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.6.** O impedimento de que trata o **subitem 7.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 7.5.2 e 7.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

**7.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**7.9.** O disposto nos **subitens 7.5.2 e 7.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**7.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas



entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**7.11.** A vedação de que trata o **subitem 7.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**7.12.** Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

**7.12.1.** O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.13.** *Caso permitida a participação de consórcios, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, as empresas associadas deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.*

**7.13.1.** Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.

**7.13.2.** Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do **item 21** deste Edital, sob pena de inabilitação.

**7.13.2.1.** Serão somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

**7.13.2.2.** Para efeito de qualificação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

**7.14.** *As empresas integrantes respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.*

**7.15.** *É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio no presente certame.*

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

**8.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

**8.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**8.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**8.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**8.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre

os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.5.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 8.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**8.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**8.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**8.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**8.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**8.10.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 8.12** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.12.1.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.1.1.** Valor para cada Lote, em moeda corrente nacional;

**9.1.2.** Marca;

**9.1.3.** Fabricante;

**9.1.4.** Quantidade cotada, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**9.1.5.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**, e demais características técnicas, acompanhados de prospectos comerciais, folders, ou outro material ilustrativo que permita aferir as especificações do edital;

**9.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.5.** Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição contrária no “**DADOS DA LICITAÇÃO**” deste Edital.

**9.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**9.6.1.** O prazo de validade da proposta não será **inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**9.6.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

**9.7.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

**9.7.1.** Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

**9.7.2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**9.7.3.** Não serão consideradas propostas que forem cópia fiel da Descrição Técnica contida neste instrumento. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do (s) objetos (s) ofertado (s), em português. O (s) item (ns) não informado (s) poderá (ão) ser considerado (s) como não atendido (s)

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema**, na data e horário discriminados nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

**10.3.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

**10.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

## **11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**11.1.** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

**11.2.** Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

**11.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito

na fase de aceitação.

**11.5.** O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.6.** O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## **12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**12.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**12.2.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**12.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**12.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.

**12.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o detalhado no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

**12.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**12.7.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**12.8.** Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

## **13. DO MODO DE DISPUTA**

**13.1.** O modo de disputa está discriminado nos “**DADOS DA LICITAÇÃO**”.

**13.2.** No modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**13.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**13.2.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**13.2.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**13.2.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**13.2.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**13.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**13.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance

registrado, vedada a identificação do licitante.

#### **14. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO**

**14.1.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**14.2.** Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o(a) pregoeiro(a) por tempo superior a 04 (quatro) horas ou na hipótese de remarcação da sessão pública, esta somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

#### **15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**15.1.** O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

#### **16. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**16.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**16.1.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**16.1.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**16.1.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**16.1.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**16.1.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**16.1.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**16.1.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;

**16.1.2.2.** Empresas brasileiras;

**16.1.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**16.1.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

#### **17. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**17.1.** Nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as vedações previstas no **subitem 8.7** deste Edital, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, em observância à Lei nº 123/2006.

**17.2.** Para cumprimento do **subitem anterior** e atendendo ao Anexo I - deste Edital, o processo licitatório, em se tratando de bens de natureza divisível, será organizado da seguinte forma:

**17.2.1.** Cota reservada de **até 25% (vinte e cinco por cento)** dos quantitativos totais de cada **item/grupo**, destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

**17.2.1.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

**17.2.1.2.** Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.

**17.2.1.3.** A prioridade de **aquisição** do(s) **material(is)/produto(s)/bem(ns)** deverá ser das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**17.2.2.** Item exclusivo, para aquele **item/grupo** cujo valor total seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

## **18. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**18.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**18.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**18.1.2.** A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**18.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**18.1.4.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**18.1.5.** É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**18.1.6.** Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**18.2.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **19. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE**

**19.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação das licitante subsequentes, na ordem de classificação.

**19.1.1.** Considera-se inexecutável o lance que apresente preço global **ou** unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**19.1.2.** O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexecutabilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

**19.1.3.** Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 19.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

**19.2.** O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no **item 9** deste Edital, para sua elaboração.

**19.3.** Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocado no mesmo prazo do **subitem 19.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

**19.4.** A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

**19.4.1. Dados do licitante, tais como:** número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente);

**19.4.2. Nome completo do responsável ou representante legal** pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

**19.4.2.1.** Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

**19.4.3. Indicação do valor unitário e total dos itens que compõem a Planilha Descritiva e Orçamentária, constante do APÊNDICE I, do Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital, em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), já inclusos todos os lucros e despesas que resultem no custo das aquisições, tais como: impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição do objeto.

**19.4.3.1.** Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

**19.4.4.** Características dos produtos ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

**19.4.4.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.**

**19.4.4.1.1.** A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

**19.4.5. O prazo de validade da proposta de preços** não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

**19.4.5.1.** Nos casos de proposta readequada, o prazo de validade será considerado a partir da data de sua apresentação.

**19.4.5.2.** A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

**19.4.5.3.** Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

**19.5.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

**19.5.1.** Contiverem vícios insanáveis;

**19.5.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

**19.5.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçado estimado para a contratação;

- 19.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 19.5.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.
- 19.6.** A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 19.7.** Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.
- 19.8.** No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.
- 19.9.** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.
- 19.10.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.
- 19.11.** O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.
- 19.12.** A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

## **20. DA AMOSTRA**

- 20.1.** As regras sobre apresentação de Amostra, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

## **21. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 21.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.
- 21.2.** Após declarado o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:
- 21.2.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 21.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 21.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- 21.2.4.** Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).
- 21.3.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **subitens 21.2.2, 21.2.3 e 21.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 21.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 21.5.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas



Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.

**21.5.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

**21.5.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**21.5.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**21.6.** Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.

**21.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**21.7.1.** A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7ª, parágrafo único).

**21.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítio eletrônico oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**21.9.** Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de habilitação atualizados no prazo constante nos “DADOS DA LICITAÇÃO” caso não seja possível ou não logre êxito em encontra a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

**21.10.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no “*chat*”, sob pena de inabilitação.

**21.11.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**21.12.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**21.13.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**21.13.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**21.14.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**21.15.** Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**21.16. Habilitação Jurídica:**

**21.16.1. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**21.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**21.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus

administradores.

**21.16.4. No caso de sociedades civis:** inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**21.16.5. No caso de sociedades comerciais:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**21.16.6. No caso de sociedades por ações:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

**21.16.7. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o **art. 5º** da Lei nº 5.764/1971;

**21.16.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**21.16.9. No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2021;

**21.16.10. No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural contribuinte individual (pessoa física), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (art. 17 a 19 e 165).

## **21.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.**

### **21.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**21.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF** ou, quando for o caso, **no Cadastro de Pessoas Físicas**, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

**21.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária**, expedida pela Receita Federal do Brasil;

**21.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal;

**21.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

**21.18.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

**21.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado**, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

**21.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, emitida pela **Secretaria de Fazendo do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

**21.18.7.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**21.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

**21.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

**21.19.** Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 21.18.6 / 21.18.7 e 21.18.8 / 21.18.9**, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

**21.20.** O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**21.20.1.** Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no **subitem 21.20.**, constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros **5 (cinco) dias úteis**.

**21.20.2.** A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no **subitem 21.20.1** acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.

**21.21.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

## **21.22. Qualificação Técnica:**

**21.22.1.** Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) em nome do licitante:

**21.22.2.** Em caso de Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada, atualizada e legível da solicitação (Protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida, desde que atenda ao Art. 25 da Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. " A revalidação de licença deverá ser requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) dias de cada exercício;

**21.22.3.** Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) de acordo com o produto licitado, através de cópia legível da sua publicação no DOU, ou cópia emitida eletronicamente através do site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em nome do licitante

## **21.23. Qualificação Econômico-Financeira:**

**21.23.1.** Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

**21.23.1.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

**21.23.1.2.** Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

**21.23.1.3.** Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**21.23.1.3.1.** O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo:**

**a)** A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

**b)** Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

**b.1)** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na

forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

**21.23.1.4.** O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

**21.23.1.5.** Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

**21.23.1.6.** A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos neste Edital.

**21.23.1.7.** Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

**21.23.1.7.1.** Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

**21.23.1.7.2.** Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

**21.23.1.8.** Os documentos referidos no **subitem 21.23.1.3.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

#### **21.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:**

**21.24.1.** Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

**21.24.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**21.24.2.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**21.24.2.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**21.24.2.3.** O prazo em que se refere o **item 21.24.2.** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.

**21.24.3.** Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**21.24.4.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

**21.24.5.** Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**21.24.6.** O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado pelo prazo indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, sendo que tal pedido **deverá ser realizado dentro do prazo concedido**.

**21.24.7.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.

**21.24.8.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**21.24.8.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.

**21.24.9.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado:

**21.24.9.1.** Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,

**21.24.9.2.** Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**21.24.10.** O(A) Pregoeiro(a), constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á HABILITADA. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada INABILITADA.

**21.24.11.** As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como validas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.

**21.24.12.** O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

## **22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**22.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**22.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**22.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**22.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**22.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

**22.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/LOTES constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/LOTES(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**22.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e site oficial desta CPL.

**22.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição e/ou serviços pretendidos, desde que devidamente justificada.

**22.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da Licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**22.8.** Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

## **23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**23.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**23.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**23.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**23.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**23.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**23.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**23.3.4.** A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

**23.3.5.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**23.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.

**23.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**23.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**23.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**23.8.** As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

**23.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**23.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**23.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

## **24. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**24.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**24.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**24.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**24.1.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**24.1.4.** A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do “chat”, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**24.1.5.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **25. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**

**25.1.** Declarada a vencedora e esgotados os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

**25.2.** A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

**25.2.1.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **26. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO**

**26.1.** As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **27. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

**27.1.** As regras sobre as Garantias Exigidas e Ofertadas, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **28. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**28.1.** As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **29. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**29.1.** Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato **ou** *aceitar instrumento equivalente*, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

**29.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**29.1.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato **ou** aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura **ou** aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado **ou** aceito no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

**29.1.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**29.1.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**29.2.** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**29.3.** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **30. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**30.1.** As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **31. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**31.1.** As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

## **32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**32.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**32.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

**32.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**32.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**32.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**32.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**32.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**32.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**32.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

**32.10.** O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do **Sistema**, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**32.11.** É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

**32.12.** Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

**32.13.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

**32.14.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL - CPL | Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

**EMANUELLA SILVA DE SOUSA**  
Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA  
Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB.





Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Emanuella Silva de Sousa, Assessora**, em 30/04/2026, às 10:14, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3831527** e o código CRC **61726AC3**.

Processo nº: 15901.000153/2026

Documento nº: 90.025/2026v2 - CPL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**Termo de Referência nº 3672532/2026 - SEMUS**

São Luís - MA, 08 de abril de 2026

QUADRO RESUMO	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 15901.000153/2026	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> Secretaria Municipal de Saúde de São Luís-MA.
<b>OBJETO:</b> Registro de preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de <b>material médico-hospitalar</b> para atender as demandas das Unidades de Saúde, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.	
<b>TIPO:</b> PREGÃO ELETRÔNICO / SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 5.622.580,0	
<b>SIGILOSO:</b>  NÃO	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b>  R\$ 0,01
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>  MENOR PREÇO POR ITEM	<b>QUANTIDADE DE ITENS:</b>  52
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b>  UNITÁRIO	<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b>  PARCELADA
<b>MODO DE DISPUTA:</b>  ABERTO E FECHADO	
<b>EXIGE AMOSTRA:</b> NÃO	<b>EXIGE PROVA DE CONCEITO:</b> NÃO

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Registro de preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de **material médico-hospitalar** para atender as demandas das Unidades de Saúde, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.2.1.** A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

**1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**1.3.1.** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

## **1.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

**1.4.1.** A contratação de empresa para o fornecimento de materiais médico-hospitalares é de natureza **não** continuada, por diversas razões específicas, que variam conforme os motivos abaixo:

**1.4.1.1. Natureza da Contratação:** materiais médico-hospitalares, são produtos adquiridos de forma pontual e não contínua, conforme as necessidades de tratamento de saúde;

**1.4.1.2. Características Contratuais:** Contratos para a compra de materiais médico-hospitalares geralmente são estabelecidos por períodos definidos ou por aquisições específicas conforme necessidade, o que não se alinha com a continuidade exigida para contratos de natureza continuada.

**1.4.1.3. Regulação Específica:** materiais médico-hospitalares podem estar sujeitos a regulamentações específicas de aquisição e distribuição, que podem não se aplicar aos contratos de natureza continuada.

## **1.5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**1.5.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

## **1.6. PRAZO DE ENTREGA**

**1.6.1.** O prazo para o início da entrega dos materiais será a partir da emissão e envio da ordem de fornecimento a empresa, com prazo máximo de entrega de 30 (trinta) dias corridos..

## **1.7. LOCAL DE ENTREGA**

**1.7.1.** O local de entrega será no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

## **1.8. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

### **1.8.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**1.8.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

### **1.8.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**1.8.2.1.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**1.8.2.2.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**1.8.2.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**1.8.2.4.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**1.8.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **1.8.4. PRAZO PARA TROCA/SUBSTITUIÇÃO DO OBJETO**

1.8.4.1. O prazo para troca/substituição será de 30 (trinta) dias corridos após a notificação da empresa.

1.8.4.2. A troca de marca do produto cotado pela empresa, só poderá ser realizada após envio de solicitação formal, com cópia do Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante e posterior análise pelos setores técnicos e jurídicos.

#### **1.8.5. DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE, GUARDA E ARMAZENAMENTO**

1.8.5.1. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante;

1.8.5.2. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade;

1.8.5.3. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

#### **1.8.6. DO COMODATO.**

1.8.6.1. Para os itens 25 e 26, a empresa vencedora deverá fornecer dispensadores de parede compatíveis com o refil no percentual de 15% do número de bolsas solicitadas, em regime de comodato.

#### **1.9. DA GARANTIA DO PRODUTO E VALIDADE**

1.9.1. Os Materiais Médico-hospitalares deverão atender aos requisitos técnicos legais estabelecidos pela legislação vigente, incluindo o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

1.9.2. O prazo de validade no mínimo deve ser igual ou superior a 75% da validade total do insumo, contados a partir da data da entrega no Almoxarifado Central. Caso, seja autorizado previamente a entrega com data a menor, essa deverá ser solicitada previamente ao órgão e com envio da carta de compromisso de troca.

1.9.3. Deverão ainda conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso possuir em suas embalagens unitárias, especificações de quantidade, prazo de validade, bulas, condições de armazenamento e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito uso dos mesmos.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto a ser licitado guarda relação com a necessidade de aquisição previamente identificada e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

#### **2.2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.2.1. Considerando que cabe ao Gestor Municipal prover as condições necessárias para o atendimento à saúde de sua população, onde os seus equipamentos de saúde distribuídos nos 09 (nove) distritos sanitários que compõem o Município de São Luís/MA, com intuito de qualificar e ampliar o acesso universal, as ações e serviços de saúde, em tempo oportuno, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população ludovicense.

2.2.2. Diante disso, a SEMUS possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais. Desta forma, proporciona atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação do profissional e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

2.2.3. A saúde demanda uma ampla variedade de Materiais Médico-hospitalares necessários para atender demandas clínica da população. Logo, esta solicitação objetiva adquirir Materiais Médico-hospitalares, garantindo o acesso a tratamentos eficazes e condições de atendimento adequado a população.

**2.2.4.** A manutenção da saúde da população depende na disponibilidade de Materiais Médico-hospitalares para garantir a continuidade de tratamentos, especialmente para pacientes com condições crônicas. E a interrupção no fornecimento podem ter sérias consequências para a saúde dos indivíduos, como também, colapsar o Sistema Público de Saúde com aumento de internações hospitalares por des controle de níveis de estabilidade da doença.

**2.2.5.** Dessa forma, a aquisição de Materiais Médico-hospitalares é imprescindível para a preservação da Saúde Pública, no atendimento a direitos fundamentais, na promoção da Equidade, na prevenção de doenças e na continuidade do serviço e atendimento da população que dependem do Sistema único de Saúde (SUS) para ter acesso a saúde, sendo assistidos pelas Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA.

### **2.3. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**2.3.1.** A presente demanda está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme publicado no Portal Nacional de Contratos Anuais – PNCP, como também, atente os objetivos e planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, permitindo uma visão de longo prazo favorecendo que a instituição antecipe as demandas, garanta a continuidade das operações e atenda efetivamente aos requisitos de segurança e uniformização.

**2.3.2.** A despesa em questão está devidamente prevista no **PCA 2026-2129 (Secretaria Municipal de Saúde)**, conforme detalhamento a seguir:

**2.3.2.1. Id pca PNCP: 06307102000130-0-000005/2026;**

**2.3.2.2. ID do item no PCA (168)**

**2.3.2.3. Classe/Grupo (186) - Fornecimento de Material Médico-hospitalar.**

### **2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO:**

**2.4.1.** Diante da necessidade de adquirir materiais médico-hospitalares, a opção pela licitação por item emerge como uma estratégia oferecem diversas vantagens aos órgãos públicos. Ao optar por licitar por item, em vez de por lote, os órgãos têm a possibilidade de selecionar precisamente os produtos que melhor atendam às suas demandas específicas e aos rigorosos padrões de qualidade necessários nesse contexto.

**2.4.2.** Além disso, essa abordagem estimula uma competição mais intensa entre os fornecedores, já que estes podem destacar-se em termos de preço e qualidade em produtos específicos, potencialmente resultando em preços mais vantajosos para os órgãos públicos.

**2.4.3.** Outro aspecto relevante é que a licitação por item facilita a avaliação e comparação dos preços de cada produto individualmente, promovendo a transparência do processo e possibilitando um maior controle sobre os gastos públicos. Essa abordagem, portanto, não apenas assegura uma aquisição mais precisa e alinhada às necessidades reais, mas também promove uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos disponíveis.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução sugerida é a aquisição de materiais médico-hospitalares, a fim de atender as necessidades das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, através de Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preço.

**3.2.** Tal solução é similar à adotada por outros órgãos da administração e comum ao mercado de fornecedores, conforme demonstrado nos itens anteriores.

**3.3.** Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

**3.4.** Como justificativa, a aquisição de materiais médico-hospitalares contribuirá para a continuidade do pleno funcionamento das Unidades de Saúde Municipais.

**3.5.** A contratação deverá ser realizada através da licitação na modalidade Pregão Eletrônico

Sistema de Registro de Preço, pela flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica, bem como por não ser possível, pela natureza do objeto, definir previamente o quantitativo exato, necessário para o atendimento da demanda desta Administração. Esse tipo de contratação permite a participação de vários fornecedores no mercado nacional aptos a fornecer os itens necessários, conforme as especificações apresentadas, visando assim a obtenção da melhor proposta e menor preço, consequentemente economia para esta Administração Pública, estando assim em consonância com o Decreto Municipal nº 62.276/2026, Art. 1º, que trata do Sistema de Registro de Preço.

#### **4. DO USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Sobre a adoção do SRP, o art. 1 do Decreto Municipal nº 62.276/2026, dispõe o seguinte:  
§ 1º. O SRP será adotado preferencialmente quando:

- I - contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;
- II - entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;
- III - atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV - impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

**4.2.** Considerando que há a necessidade contratações frequentes, previsão de entrega parceladas e que ainda não foi possível a definição previamente do quantitativo demandado, resta configurado as hipóteses dos inciso I, II e IV.

**4.3.** Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

#### **5. JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**5.1.** Quando aplicável ao processo licitatório e em conformidade com a Lei Municipal nº 7177/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014: Ficam destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, os itens estimados cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

**5.2.** Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens, com valores acima do indicado no item 5.1, cuja aquisição de bens seja de natureza divisível.

#### **6. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período mediante comprovação da vantajosidade dos preços, bem como a renovação dos quantitativos originalmente fixados na prorrogação da ARP, visando garantir continuidade das necessidades da Administração.

#### **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024):**

**7.1.1.** Na presente contratação não serão indicadas marcas.

**7.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:**

**7.2.1.** Não serão exigidas amostras.

**7.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

**7.3.1.** Não será exigida carta de solidariedade.

**7.4. CONSÓRCIO**

**7.4.1.** É admitida a participação de consórcios.

## 7.5. SUBCONTRAÇÃO

7.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 7.6. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

I.sugerida para contratações de serviços de caráter pontual e continuado, fornecimento contínuo de bens ou em contratações de serviços de engenharia ou de obras que exponham a Administração Pública Municipal a riscos, com valor estimado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

## 7.7. DA SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

7.7.1. A sustentabilidade ambiental tornou-se uma preocupação global, e o setor de saúde não está isento dessa responsabilidade. Tanto as empresas vendedoras de materiais médico-hospitalares quanto os órgãos que os compram têm um papel crucial na promoção de práticas sustentáveis. A seguir, destacamos alguns critérios essenciais que devem ser considerados:

7.7.1.1. **Produção Sustentável:** As empresas vendedoras devem adotar práticas de produção sustentável, reduzindo o consumo de recursos naturais, minimizando resíduos e emissões, e optando por materiais e processos menos prejudiciais ao meio ambiente. A certificação ambiental de produtos e processos é um indicador importante nesse aspecto.

7.7.1.2. **Embalagens Eco eficientes:** A redução do uso de plásticos e materiais não biodegradáveis nas embalagens é crucial. Optar por embalagens recicláveis, compostáveis ou reutilizáveis pode significativamente reduzir o impacto ambiental associado aos resíduos gerados pelos produtos médicos.

7.7.1.3. **Gestão de Resíduos:** Tanto, empresas vendedoras quanto órgãos compradores devem adotar políticas rigorosas de gestão de resíduos, priorizando a reciclagem, reutilização e destinação adequada dos resíduos perigosos. Isso inclui a implementação de programas de coleta seletiva, tratamento e disposição final responsável.

7.7.1.4. **Transporte Sustentável:** A logística e o transporte dos produtos também são áreas que podem ser otimizadas para reduzir a pegada de carbono. A utilização de veículos mais eficientes, a consolidação de cargas e a promoção de rotas mais sustentáveis são práticas que devem ser incentivadas.

7.7.1.5. **Educação e Conscientização:** Promover a educação e a conscientização sobre práticas sustentáveis entre os funcionários, fornecedores e clientes é fundamental. Treinamentos, campanhas de sensibilização e materiais informativos podem contribuir para a adoção de comportamentos mais sustentáveis.

7.7.1.6. **Aquisição Responsável:** Os órgãos compradores devem priorizar a aquisição de produtos e serviços de empresas que demonstram comprometimento com a sustentabilidade ambiental. Isso pode ser feito por meio da inclusão de critérios ambientais nos processos de licitação e contratação.

7.7.1.7. **Monitoramento e Avaliação:** A implementação de sistemas de monitoramento e avaliação periódica das práticas sustentáveis é essencial para garantir a conformidade e a melhoria contínua. Indicadores de desempenho ambiental devem ser estabelecidos e acompanhados regularmente.

7.7.2. Em suma, a sustentabilidade ambiental deve ser integrada às estratégias e operações das empresas vendedoras e dos órgãos compradores de materiais médico-hospitalares. A adoção de práticas sustentáveis não apenas contribui para a proteção do meio ambiente, mas também pode resultar em benefícios econômicos, sociais e reputacionais significativos. Ao priorizar a sustentabilidade, essas organizações demonstram seu compromisso com um futuro mais justo, equitativo e saudável para todos.

### 7.7.3. Orientações da CGU:

7.7.3.1. Em conformidade com as legislações pertinentes à vigilância sanitária e orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) no que concerne à aquisição de Medicamentos, Insumos Hospitalares, Materiais da Área da Saúde, Higiene e Cosméticos.

7.7.3.2. Destacamos que este Guia, pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de

solicitações no Termo de Referência, como por exemplo, item de descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA), Prova de atendimento aos seguintes requisitos de apresentação de Autorização de Funcionamento (AFE), Autorização de Funcionamento (AE) vigente, Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente. Destacamos que todas estas documentações compõem o Roteiro de Especificações.

7.7.3.3. Vale ressaltar que um dos documentos solicitados pela Vigilância Sanitária, para emissão de Alvará Sanitário para as empresas, é o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, o que demonstra que as empresas empregam práticas sustentáveis.

7.7.3.4. Já o Art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021 refere-se a um aspecto importante no contexto das licitações, especificamente no que diz respeito à consideração dos impactos ambientais e medidas mitigadoras. Este artigo destaca a necessidade de que, no processo de elaboração do edital de licitação, seja incluída a descrição dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do contrato, bem como as respectivas medidas para mitigá-los. A seguir, considerando estes aspectos, serão considerados os possíveis impactos ambientais bem como as medidas de mitigação.

#### **7.7.4. IMPACTOS AMBIENTAIS:**

7.7.4.1. O descarte inadequado de medicamentos pode acarretar uma série de impactos ambientais negativos, incluindo:

7.7.4.1.1. **Contaminação do solo e da água:** Medicamentos descartados de maneira inadequada podem conter substâncias químicas nocivas que, ao entrarem em contato com o solo ou serem lançadas em corpos d'água, podem contaminar o meio ambiente. Isso pode afetar tanto a flora quanto a fauna, comprometendo ecossistemas naturais e recursos hídricos.

7.7.4.1.2. **Riscos à saúde humana:** A exposição a resíduos médico-hospitalares pode representar riscos à saúde humana, tanto para a população em geral quanto para trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos. Produtos químicos, micro-organismos patogênicos e materiais cortantes podem causar doenças e lesões se não forem adequadamente manuseados e descartados.

7.7.4.1.3. **Impactos na vida marinha:** O descarte inadequado de medicamentos pode atingir ecossistemas aquáticos, afetando a vida marinha. Substâncias químicas presentes nesses produtos podem prejudicar peixes, organismos marinhos e corais, comprometendo a biodiversidade e a saúde dos oceanos.

7.7.4.1.4. **Problemas de resíduos sólidos:** O aumento do descarte inadequado de medicamentos pode contribuir para o acúmulo de resíduos sólidos em aterros sanitários, aumentando os custos de gerenciamento de resíduos e ocupando espaço valioso.

7.7.4.1.5. **Impactos na vida selvagem:** Resíduos médico-hospitalares descartados de maneira inadequada podem ser ingeridos ou entrelaçados por animais selvagens, causando danos físicos ou morte. Isso pode resultar em perturbação e desequilíbrio nos ecossistemas naturais.

#### **7.7.5. MEDIDAS MITIGADORAS:**

7.7.5.1. Em resumo, o descarte inadequado de materiais médico-hospitalares representa uma ameaça significativa ao meio ambiente e à saúde pública. Portanto, é fundamental implementar práticas adequadas de gestão de resíduos, incluindo a coleta seletiva, o descarte seguro e a destinação final adequada, a fim de minimizar esses impactos ambientais negativos.

7.7.6. Neste sentido, destacamos que a Secretaria municipal de Saúde de São Luís, adota, em toda as suas unidades, a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que é um documento técnico-operacional que estabelece procedimentos adequados para a gestão dos resíduos gerados em estabelecimentos de saúde. Esse plano é fundamental para garantir a segurança dos profissionais de saúde, dos pacientes e do meio ambiente, além de estar em conformidade com as normas regulatórias vigentes.

7.7.7. A Lei nº 12.305/2010, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é um marco na gestão ambiental, entretanto, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é uma exigência estabelecida pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa norma estabelece os requisitos técnicos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo hospitais, consultórios, farmácias e demais estabelecimentos que gerem esse tipo de resíduo.



**7.7.8.** O PGRSS abrange desde a geração dos resíduos até sua disposição final, passando pela coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação adequada. Ele deve contemplar diversos aspectos, como a classificação dos resíduos de acordo com sua natureza e periculosidade, os procedimentos para segregação e acondicionamento dos resíduos, os equipamentos de proteção individual necessários, os locais e condições de armazenamento temporário, as rotas de transporte, os métodos de tratamento e os destinos finais adequados.

**7.7.9.** Além deste aspecto, vale ressaltar que a SEMUS inclui no seu Plano Anual de Contratações, através do item 22, classe 301 (Serviço de Eliminação de Resíduos Especiais), a previsão e necessidade de contratação de empresa especializada em logística reversa, no que diz respeito ao recolhimento dos resíduos, sejam eles resíduos do Grupo A - Resíduos Infectantes, Grupo B - Resíduos Químicos, Grupo D - Resíduos Comuns ou Não Especiais, Grupo E - Resíduos Perfurocortantes, nas respectivas unidades de saúde desta secretaria, em consonância com o PGRSS de cada unidade de saúde. Destacamos ainda que as medidas de destinação final destes resíduos é a incineração a ser realizada pela empresa contratada, eliminando quaisquer possíveis impactos ambientais.

**7.7.10.** Diante disso, a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA adotará medidas como solicitar documentações técnicas às contratadas, como a autorização de funcionamento de empresa emitido pelo órgão sanitário fiscalizador competente, no Termo de Referência do Edital, bem como descreve os possíveis impactos ambientais e as medidas de mitigação realizadas após a Contratação.

**7.7.11.** Ao adotarmos práticas sustentáveis, reafirmamos nosso compromisso com a preservação do meio ambiente e com a promoção da saúde e do bem-estar das gerações presentes e futuras.

## **7.8. REQUISITOS AMBIENTAIS.**

**7.8.1.** O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Controladoria-Geral da União (2022) traz algumas definições a respeito da aquisição de Medicamentos, insumos hospitalares, materiais da área da saúde, material de limpeza, higiene e cosméticos. Consta como legislação aplicável:

7.8.1.1. Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos entre outros produtos);

7.8.1.2. Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.330/1976);

7.8.1.3. Lei nº 5.991, de 1973 (Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos);

7.8.1.4. RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA (Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação e de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem);

7.8.1.5. RDC nº 81, de 05 de novembro de 2008, da ANVISA (Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária);

7.8.1.6. Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020 do INMETRO (Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade dos Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado);

7.8.1.7. RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto de 2021 (Dispõe sobre os procedimentos para certificação compulsória dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária);

7.8.1.8. Instrução Normativa ANVISA nº 116, de 21 de dezembro de 2021 (Aprova a lista de Normas Técnicas, conforme Anexo I, cujo parâmetros devem ser adotados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, nos termos da RDC ANVISA nº 549, de 30 de agosto de 2021);

7.8.1.9. Destaca-se que este Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU, pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de solicitações no Termo de Referência:

7.8.1.9.1. Descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA);

7.8.1.9.2. Autorização de Funcionamento (AFE), Autorização de Funcionamento (AE) vigente, Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, conforme item 12.3.2 deste termo de referência.

## 8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### 8.1. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 8.1.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.
- 8.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 8.1.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.1.5. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados
- 8.1.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 8.1.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.1.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 8.1.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.1.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.1.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 8.1.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### 8.2. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.2.1.** São obrigações do Contratante:

- 8.2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o termo de referência e seus anexos.

- 8.2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.2.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.2.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 8.2.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 8.2.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.2.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.2.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.2.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.2.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.2.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **8.3. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**8.3.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.;

**8.3.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**8.3.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**8.3.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**8.3.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**8.3.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**8.3.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**8.3.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**8.3.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**8.3.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.3.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**8.3.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**8.3.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **8.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.4.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**8.4.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**8.4.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1. O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**8.4.4.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.4.5.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.4.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.4.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.4.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**8.4.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.4.10.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.4.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**8.4.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 9. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 8.6. **FISCALIZAÇÃO**

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### 8.6.2. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

8.6.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.2.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.6.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.6.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.6.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### 8.6.3. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

8.6.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.6.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.6.3.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência

desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **8.7. GESTOR DO CONTRATO**

### **8.7.1. Cabe ao gestor do contrato:**

8.7.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.7.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.7.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.7.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.7.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. LIQUIDAÇÃO:**

9.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

9.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

### **9.2. PRAZO DE PAGAMENTO:**

9.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

9.2.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da Parcela em atraso.

### 9.3. **FORMA DE PAGAMENTO**

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 9.4. **DO REAJUSTE**

9.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.4.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 11. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**



## 10.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO por item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

10.1.2. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

10.1.3. Será adotado o modo de disputa ABERTO / FECHADO.

10.1.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 ( um centavo ).

### 10.1.5. Da apresentação da proposta

10.1.5.1. As licitantes deverão apresentar:

10.1.5.1.1. Catálogos e material (is) ilustrativo (s) original (is) ou cópia (s) em português, referente (s) ao (s) modelo (s) ofertado (s), comprobatório (s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original;

10.1.5.1.1.1. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo:

<http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

10.1.5.1.2. Registro do Produto no Ministério da Saúde, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devendo ser apresentado de forma legível, grifando o número do produto ofertado e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

10.1.5.1.2.1. Cópia do registro no Ministério da Saúde publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

10.1.5.1.2.2. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6.º do artigo 12 da Lei n.º 6.360/76, de 23 de setembro de 1976;

10.1.5.1.2.3. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado;

10.1.5.1.2.4. Em caso de registro vencido será analisado o envio da Petição 1 e 2 de Revalidação, legível;

10.1.5.1.2.5. Ou documento de isenção, quando for o caso. Os produtos sobre regime de vigilância sanitária que não são registrados e sim, cadastrados, o licitante terá que apresentar o Certificado de Dispensa de Registro (original ou cópia).

10.1.5.1.3. Não serão consideradas propostas que forem cópia fiel desta Descrição Técnica. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do (s) objetos(s) ofertado(s), em português. O (s) item (ns) não informado (s) poderá (ão) ser considerado (s) como não atendido (s);

10.1.5.1.4. Apresentar para os itens 1, 2, 25, 26, 27 e 28: Laudos que comprovem a eficácia contra: *Sthaphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* *Samonella choleraesuis* e laudo de irritação cutânea e determinação de teor de álcool;

10.1.5.1.5. Apresentar para os itens 03, 51 e 52: Laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares;

10.1.5.1.6. Apresentar para os itens 49 e 50: Laudos Oficiais da rede (REBLAS/INMETRO) comprovando

que o produto não é irritante cutâneo/dérmico e laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares, ocorrendo atividade reducional de 99,99% dentro de 1 minuto: *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Samonella choleraesuis*.

**10.1.6. Do quantitativo mínimo a ser cotado, de acordo com o artigo 82, inciso II da Lei 14133/2021.**

10.1.6.1. Em conformidade com o Art. 82, incisos II, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a necessidade de estimar a quantidade mínima a ser cotada, verifica-se que a quantidade solicitada permite aos licitantes a oferta integral do quantitativo requerido. Assim, considerando que os licitantes usualmente conseguem ofertar todo o quantitativo, entende-se que não há necessidade de especificar a quantidade mínima a ser cotada, o que está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, evitando a fragmentação desnecessária das propostas e promovendo a competitividade entre os participantes.

**12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**12.1.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**12.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

12.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força da lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

12.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

12.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**12.1.3.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**12.1.4.** Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**12.1.5.** CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

**12.1.6.** CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

**12.1.7.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**12.1.8.** Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

**12.1.9.** Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

**12.1.10.** Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**12.1.11.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **12.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**12.2.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

**12.2.1.1.** Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

**12.2.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**12.2.3.** Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**12.2.4.** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

**12.2.5.** As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

**12.2.6.** Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**a) Índice de Liquidez Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**b) Índice de Liquidez Corrente ( $\geq 1,00$ ):**

<b>LC =</b>	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
-------------	---

**c) Índice de Solvência Geral ( $\geq 1,00$ ):**

**SG =**

**Ativo Total**

**Passivo Circulante + Passivo Não Circulante**

**12.2.7.** Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

**12.2.8.** As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

**12.2.9.** O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

**12.2.10.** Para a presente licitação, verificou-se que os três índices econômicos, acima relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam. Assim, será exigido dos participantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação do balanço patrimonial.

### **12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.3.1.** Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) em nome do licitante:

**12.3.1.1.** Em caso de Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada, atualizada e legível da solicitação (Protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida, desde que atenta ao Art. 25 da Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. " A revalidação de licença deverá ser requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) dias de cada exercício;

**12.3.2.** Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) de acordo com o produto licitado, através de cópia legível da sua publicação no DOU, ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em nome do licitante.

### **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.622.580,00** (cinco milhões , seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta reais), conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

### **14. DOS APÊNDICES**

**13.1.** Integra este termo de referência:

**APÊNDICE I** – Planilha Descritiva e Orçamentária.

São Luís, 08 de abril de 2026.

**ELABORADOR:**

**Walastane Nicácio Martins**

Consultor de Compras/SUMAPA

Matrícula: 65.218

**CIENTE:**

**Diego de Jesus Abreu Mota**

Coordenador de Compras e Registro/SUMAPA

Matrícula: nº 48.111

**APÊNDICE I**

Planilha Descritiva e Orçamentária.

ITE	ESPECIFICAÇÃO	CAT	UNIDA	QUAN	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 2						

1	<p>Álcool antisséptico em líquido, incolor, etílico, hidratado, graduação a 70%, embalagem com capacidade de 01 litro, recipiente de plástico fosco, descartável, com tampa lacrada. Embalagem, com dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 1 ano. A validade do produto, contada a partir do recebimento dos mesmos no setor responsável e registro em órgão competente. O licitante deverá apresentar ficha técnica e ficha de segurança do produto. Laudo que comprove a eficácia contra: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa Samonella choleraesuis. Laudos de irritação cutânea e determinação de teor de álcool. Frasco com 1 litro.</p>	26994	FRASCO	06.250	R\$ 9,14	R\$ 514.125,00
<b>ITEM 2 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 1</b>						

2	<p>Álcool antisséptico em líquido, incolor, etílico, hidratado, graduação a 70%, embalagem com capacidade de 01 litro, recipiente de plástico fosco, descartável, com tampa lacrada. Embalagem, com dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 1 ano. A validade do produto, contada a partir do recebimento dos mesmos no setor responsável e registro em órgão competente. O licitante deverá apresentar ficha técnica e ficha de segurança do produto. Laudo que comprove a eficácia contra: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa Samonella choleraesuis. Laudos de irritação cutânea e determinação de teor de álcool. Frasco com 1 litro.</p>	26994	FRASCO	08.750	R\$ 9,14	R\$ 171.375,00
<p align="center"><b>ITEM 3 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 4</b></p>						

3	CAL SODADA ABSORVENTE DE CO2, com as características mínimas composto de Hidróxido de cálcio granulado na cor branca, para uso em Anestesia para ltragem de monóxido de carbono em sistema de venlação fechado, com umidade entre 14 e 16%. GALÃO DE: 4,5 KG.	30151	10UND	2.250	R\$ 201,60	R\$ 453.600,00
<b>ITEM 4 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 3</b>						
4	CAL SODADA ABSORVENTE DE CO2, com as características mínimas composto de Hidróxido de cálcio granulado na cor branca, para uso em Anestesia para ltragem de monóxido de carbono em sistema de venlação fechado, com umidade entre 14 e 16%. GALÃO DE: 4,5 KG.	30151	10UND	750	R\$ 201,60	R\$ 151.200,00
<b>ITEM 5 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						



5	<p>CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2%, AQUOSA, Digliconato de Clorexidina a 2% solução aquosa, antisséptico químico a base d'água. Excipientes: glicerina, 5-Cloro-2-metil-4-isotiazolin3-ona + 2 Metil-4-isotiazolin-3-ona e água purificada. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Deve apresentar laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.</p>	269880	FRASCO	0.500	R\$ 19,09	R\$ 28.635,00
<b>ITEM 6 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

6	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho G. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 90x200cm.	27844	UNID	1000	R\$ 15,62	R\$ 74.976,00
<b>ITEM 7 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
7	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho GG. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 90x220cm	43543	UNID	1000	R\$ 18,93	R\$ 73.827,00
<b>ITEM 8 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
8	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho M. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 60x150cm	43218	UNID	1000	R\$ 13,68	R\$ 32.832,00
<b>ITEM 9 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

9	COBERTURA (SACO) PARA ÓBITO, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho P. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 50x100cm	432208	UNIDADE	500	R\$ 8,99	R\$ 13.485,00
<b>ITEM 10 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
10	Embalagem p/esterilizacao em sms gramatura 50G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica, barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral preservação de esterilidade e bacteriana. Tamanho 90 x 90cm.	452012	UNIDADE	5000	R\$ 2,14	R\$ 32.100,00
<b>ITEM 11 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
11	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 100 x 100 CM.	452012	UNIDADE	5000	R\$ 2,28	R\$ 41.040,00
<b>ITEM 12 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 13</b>						

12	<p>EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 120 x 120 CM.</p>	45202	UNIDADE	DE000	R\$ 4,10	R\$ 86.100,00
<b>ITEM 13 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 12</b>						
13	<p>EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 120 x 120 CM.</p>	45202	UNIDADE	DE000	R\$ 4,10	R\$ 28.700,00
<b>ITEM 14 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
14	<p>EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 75 x 75 CM.</p>	442658	UNIDADE	DE900	R\$ 1,73	R\$ 18.857,00
<b>ITEM 15 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

15	EMBALAGEM/ESTERILIZAÇÃO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração, barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho 70 x 70 CM.	452016	UNIDADE	DE 900	R\$ 1,17	R\$ 12.753,00
<b>ITEM 16 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 17</b>						

16	<p>ESCOVA DUPLA FACE PARA DEGERMAÇÃO DE PELE, descartável, com corpo em material plástico, atóxico, apirogênico, flexível, livre de defeitos, tendo em uma das faces, cerdas macias que não causem abrasão e na outra, esponja macia de poliuretano, impregnada com 22 ml de solução de gliconato de clorexidina de 2%. Embalagem individual íntegra, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto, até o momento de seu uso, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e registro em Órgão Competente.</p>	620163	UNIDADE	DE000	R\$ 2,46	R\$ 221.400,00
<b>ITEM 17 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 16</b>						

17	ESCOVA DUPLA FACE PARA DEGERMAÇÃO DE PELE, descartável, com corpo em material plástico, atóxico, apirogênico, flexível, livre de defeitos, tendo em uma das faces, cerdas macias que não causem abrasão e na outra, esponja macia de poliuretano, impregnada com 22 ml de solução de gliconato de clorexidina de 2%. Embalagem individual íntegra, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto, até o momento de seu uso, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e registro em Órgão Competente.	620163	UNIDADE	0000	R\$ 2,46	R\$ 73.800,00
<b>ITEM 18 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 19</b>						

18	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA 19mm X 50m para uso hospitalar em geral, e fechamento de pacotes de tecidos de algodão que serão submetidos ao processo de esterilização a vapor. Fabricada em papel crespado branco e adesivo a base de resina, que não deixa resíduos antes ou após a autoclavagem. Indicada para uso em autoclaves em ciclos com temperaturas até 134 graus.	631803	UNIDADE	DE 250	R\$ 5,05	R\$ 71.962,50
<b>ITEM 19 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 18</b>						
19	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA 19mm X 50m para uso hospitalar em geral, e fechamento de pacotes de tecidos de algodão que serão submetidos ao processo de esterilização a vapor. Fabricada em papel crespado branco e adesivo a base de resina, que não deixa resíduos antes ou após a autoclavagem. Indicada para uso em autoclaves em ciclos com temperaturas até 134 graus.	631803	UNIDADE	DE 250	R\$ 5,05	R\$ 23.987,50
<b>ITEM 20 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						



20	FITA ADESIVA ZEBRADA, indicadora de esterilização à vapor (indicador químico classe I), dimensões mínimas de 19mm X 30m, cor bege, indicada para aderir a uma variedade de pacotes, incluindo tecido não tecido (SMS), tecidos de algodão e papel, resistente à temperatura de autoclavagem de 121°C até 134°C, e após a autoclavagem apresentar no mínimo 3 listras bem identificáveis a cada 5 cm de fita, apresentar consistência em sua fixação antes e após o processo de esterilização. Embalagem individual, com identificação do produto, validade e lote.	332343	UNIDADE	1000	R\$ 5,00	R\$ 80.000,00
<b>ITEM 21 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
21	FORMALDEÍDO (FORMOL), ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, CONCENTRAÇÃO: 44387 10%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:EM SOLUÇÃO AQUOSA TAMPONADA	44387	LITRO	3.500	R\$ 13,44	R\$ 47.040,00
<b>ITEM 22 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 23</b>						

22	<p>Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - Frasco de 300g - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em Frasco de 300g, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.</p>	475840	FRASCO	02.500	R\$ 3,81	R\$ 85.725,00
<b>ITEM 23 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 22</b>						

23	<p>Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - Frasco de 300g - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em Frasco de 300g, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.</p>	475840	FRASCO	0.500	R\$ 3,81	R\$ 28.575,00
<b>ITEM 24 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

24	<p>Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - galão com 5 litros - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em galão de 5 litros, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.</p>	47584	GALÃO 100	R\$ 28,01	R\$ 2.801,00
<p><b>ITEM 25 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 26</b></p>					

25	Higienizador para as mãos em gel (Refil) neutro, composto de álcool etílico a 70% hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para as mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06 (Refil). Laudo que comprove eficácia contra: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa, Samonella choleraesuis. Laudo de irritação cutânea e certificado de teor. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Bolsa com 800mL. OBS: A empresa vencedora deverá fornecer dispensadores de parede compatíveis com o refil no percentual de 15% do número de bolsas solicitadas, em regime de comodato.	26994	BOLSA	37.500	R\$ 12,06	R\$ 452.250,00
<b>ITEM 26 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 25</b>						

26	Higienizador para as mãos em gel (Refil) neutro, composto de álcool etílico a 70% hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para as mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06 (Refil). Laudo que comprove eficácia contra: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa, Samonella choleraesuis. Laudo de irritação cutânea e certificado de teor. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Bolsa com 800mL. OBS: A empresa vencedora deverá fornecer dispensadores de parede compatíveis com o refil no percentual de 15% do número de bolsas solicitadas, em regime de comodato.	26994	BOLSA	12.500	R\$ 12,06	R\$ 150.750,00
<b>ITEM 27 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 28</b>						

27	Higienizador para as mãos em gel com tampa FLIP TOP, neutro, composto de álcool etílico a 70%, hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06. Laudo que comprove eficácia contra Sthapylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa, Samonella Choleraesuis. Laudo de irritação cutânea e certificado de teor. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Frasco de 500mL.	26994	FRASCO	37.500	R\$ 6,12	R\$ 229.500,00
<b>ITEM 28 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 27</b>						

28	Higienizador para as mãos em gel com tampa FLIP TOP, neutro, composto de álcool etílico a 70%, hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06. Laudo que comprove eficácia contra Sthapylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa, Samonella Choleraesuis. Laudo de irritação cutânea e certificado de teor. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Frasco de 500mL.	26994	FRASCO	02.500	R\$ 6,12	R\$ 76.500,00
<b>ITEM 29 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						



29	INDICADOR QUÍMICO CLASSE IV (integrador) para monitorização das condições de esterilização a vapor saturado no interior das embalagens (controle de pacote). Fita de papel coberta com substância química que muda de coloração ou com resposta por mudança de limite quando exposta às condições específicas de tempo e temperatura.	33234	UNIDADE	10.000	R\$ 0,21	R\$ 29.400,00
<b>ITEM 30 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
30	INDICADOR QUÍMICO CLASSE V (integrador) para monitorização das condições de esterilização a vapor saturado no interior das embalagens (controle de pacote). Fita de papel coberta com substância química que muda de coloração ou com resposta por mudança de limite quando exposta às condições específicas de tempo e temperatura.	33234	UNIDADE	80.000	R\$ 0,19	R\$ 15.200,00
<b>ITEM 31 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

31	INDICADOR QUÍMICO CLASSE VI (INTEGRADOR TIPO 6), tipo uso interno, tipo simulador, apresentação tira de papel, características adicionais para esterilização a vapor.	33965	UNIDADE	40.000	R\$ 0,30	R\$ 42.000,00
<b>ITEM 32 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 33</b>						
32	TESTE BOWIE & DICK, descartável, desenvolvido de acordo com o padrão AAMI. Aplicação: Testes de eficiência de autoclaves pré-vácuo que utilizam bomba de vácuo para remoção do ar do interior da câmara interna. Composição: Duas folhas de testes impressas com indicador químico sensível ao vapor, classe 2, Complemento: Conforme norma ANSI/AAMMI/ISO 11140- 5, dispostas entre camadas de folhas de um material poroso, acondicionadas em uma embalagem que forma um pacote. O pacote deve ser embalado em não tecido descartável e fechado por um rótulo contendo indicador químico, que indica a exposição ao vapor através de um indicador químico do processo. A	34081	UNIDADE	5000	R\$ 6,19	R\$ 501.390,00

<p>folha de teste principal, colocada próximo ao centro geométrico do pacote deverá ser totalmente revestida por um indicador químico impresso, que apresenta mudança de coloração uniforme, exceto quando houver falhas na remoção do ar. O pacote teste também deverá conter uma folha de alerta, que possui um indicador químico que muda de cor caso não seja detectado qualquer falha na bomba de vácuo.</p>					
<b>ITEM 33 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 32</b>					
<p>TESTE BOWIE &amp; DICK, descartável, desenvolvido de acordo com o padrão AAMI. Aplicação: Testes de eficiência de autoclaves pré-vácuo que utilizam bomba de vácuo para remoção do ar do interior da câmara interna. Composição: Duas folhas de testes impressas com indicador químico sensível ao vapor, classe 2, Complemento: Conforme norma ANSI/AAMMI/ISO 11140- 5, dispostas entre camadas de folhas de um material poroso, acondicionadas em uma embalagem que forma um pacote. O pacote deve ser embalado</p>					

33	em não tecido descartável e fechado por um rótulo contendo indicador químico, que indica a exposição ao vapor através de um indicador químico do processo. A folha de teste principal, colocada próximo ao centro geométrico do pacote deverá ser totalmente revestida por um indicador químico impresso, que apresenta mudança de coloração uniforme, exceto quando houver falhas na remoção do ar. O pacote teste também deverá conter uma folha de alerta, que possui um indicador químico que muda de cor caso não seja detectado qualquer falha na bomba de vácuo.	34081	UNIDADE	DE000	R\$ 6,19	R\$ 167.130,00
<b>ITEM 34 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

34	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 10cm x 100m.</p>	437465	ROLO 100M	1.500	R\$ 52,32	R\$ 78.480,00
<p><b>ITEM 35 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 36</b></p>						

35	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 12cm x 100m.</p>	442385	ROLO 100M	1.125	R\$ 64,71	R\$ 72.798,75
<b>ITEM 36 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 35</b>						

36	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 12cm x 100m.</p>	44238	ROLO 100M	375	R\$ 64,71	R\$ 24.266,25
<p><b>ITEM 37 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 38</b></p>						

37	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 15cm x 100m.	443438	ROLO 100M	1.125	R\$ 74,28	R\$ 83.565,00
<b>ITEM 38 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 37</b>						



38	<p>PAPEL CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 15cm x 100m.</p>	443438	ROLO 100M	375	R\$ 74,28	R\$ 27.855,00
<p><b>ITEM 39 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 40</b></p>						

39	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 20cm x 100m.</p>	442384	ROLO 100M	1.125	R\$ 94,18	R\$ 105.952,50
<b>ITEM 40 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 39</b>						

40	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 20cm x 100m.</p>	442384	ROLO 100M	375	R\$ 94,18	R\$ 35.317,50
<p><b>ITEM 41 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 42</b></p>						

41	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 25cm x 100m.</p>	446031	ROLO 100M	1.125	R\$ 113,13	R\$ 127.271,25
<b>ITEM 42 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 41</b>						

42	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 25cm x 100m.</p>	446031	ROLO 100M	375	R\$ 113,13	R\$ 42.423,75
<p><b>ITEM 43 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 44</b></p>						

43	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 30cm x 100m.</p>	442386	ROLO 100M	1.125	R\$ 143,67	R\$ 161.628,75
<b>ITEM 44 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 43</b>						

44	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 30cm x 100m.</p>	442386	ROLO 100M	375	R\$ 143,67	R\$ 53.876,25
<p><b>ITEM 45 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 46</b></p>						

45	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 40cm x 100m.</p>	442388	ROLO 100M	1.125	R\$ 206,06	R\$ 231.817,50
<b>ITEM 46 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 45</b>						



46	<p>PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 40cm x 100m.</p>	442388	ROLO 100M	375	R\$ 206,06	R\$ 77.272,50
<b>ITEM 47 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

47	<p>SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR resistente, na cor branca, leitosa, com lacre, fabricados com polietileno, para condicionamento de resíduos infectante, em conformidade com as normas de ABNT 9191, (requisitos e métodos de ensaio), 9195 (resistência a queda livre), 7500 (simbologia). Espaço p/ anotação da unidade geradora e data de geração (Resolução CONAMA nº 05), dados de identificação do fabricante (NBR 7500). Capacidade 100 Litros</p>	376026	UNIDADE	DE 000	R\$ 0,53	<p>R\$ 14.840,00</p>
<b>ITEM 48 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						

48	<p>SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR resistente, na cor branca, leitosa, com lacre, fabricados com polietileno, para condicionamento de resíduos infectante, em conformidade com as normas de ABNT 9191, (requisitos e métodos de ensaio), 9195 resistência a queda livre), 7500 (simbologia). Espaço p/ anotação da unidade geradora e data de geração (Resolução CONAMA nº 05), dados de identificação do fabricante (NBR 7500). Capacidade 30 Litros</p>	230570	UNIDADE	0000	R\$ 0,37	R\$ 11.100,00
<p><b>ITEM 49 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 50</b></p>						

49	<p>SOLUÇÃO ANTI-SÉPTICA ALCÓOLICA À BASE DE CLOROHEXIDINA, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,5%, associado à tensoativos, acondicionado em recipiente de plástico resistente com. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Deve apresentar laudos: Oficiais da rede (REBLAS/INMETRO) comprovando que o produto não é irritante cutâneo/dérmico e laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares, ocorrendo atividade reducional de 99,99% dentro de 1 minuto: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa e Samonella choleraesuis. Frasco de 1 Litro.</p>	269878	FRASCO	0.250	R\$ 18,08	R\$ 94.920,00
----	--	--------	--------	-------	-----------	---------------



50	<p>SOLUÇÃO ANTI-SÉPTICA ALCÓOLICA À BASE DE CLOROHEXIDINA, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,5%, associado à tensoativos, acondicionado em recipiente de plástico resistente com. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Deve apresentar laudos: Oficiais da rede (REBLAS/INMETRO) comprovando que o produto não é irritante cutâneo/dérmico e laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares, ocorrendo atividade reducional de 99,99% dentro de 1 minuto: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa e Samonella choleraesuis. Frasco de 1 Litro.</p>	269878	FRASCO	0.750	R\$ 18,08	R\$ 31.640,00
----	--	--------	--------	-------	-----------	---------------

ITEM 51 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 52						
51	<p>SOLUÇÃO DEGERMANTE À BASE DE CLOREXIDINA 2%, digliconato de clorexidina. Excipientes: glicerina, óxido de alquil dimetil amina, álcool etílico, hidroxietilcelulose e água purificada. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Deve apresentar laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.</p>	289876	FRASCO	01.175	R\$ 21,11	R\$ 235.904,25
ITEM 52 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 51						

52	<p>SOLUÇÃO DEGERMANTE À BASE DE CLOREXIDINA 2%, digliconato de clorexidina.</p> <p>Excipientes: glicerina, óxido de alquil dimetil amina, álcool etílico, hidroxietilcelulose e água purificada.</p> <p>Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Deve apresentar laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.</p>	289876	FRASCO	0.725	R\$ 21,11	<p>R\$ 78.634,75</p>
VALOR TOTAL						<p>R\$ 5.622.580,00</p>



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Walastane Nicacio Martins, Técnico de Nível Superior**, em 08/04/2026, às 11:51, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.





Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota, Coordenador**, em 08/04/2026, às 12:02, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3672532** e o código CRC **CB99036B**.

Processo nº: 15901.000153/2026

Documento nº: 3672532v2 - SEMUS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 90.025/2026/ – CPL/PMSL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Srº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, telefone/WhatsApp \_\_\_\_\_, interessada na \_\_\_\_\_, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Termo de Referência, propõe à \_\_\_\_\_, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX XXX	XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXXXXX
(...)						
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$						XXXXXX

1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);
2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: de acordo com o *Termo de Referência*;
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme *Termo de Referência*;
4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:
5. DADOS BANCÁRIOS:
  - Banco:
  - Código:
  - Agência:
  - Conta Corrente:
  - CPF/CNPJ:
  - Nome/Razão Social:
6. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:
  - Nome completo:
  - Endereço:
  - RG / CPF:
  - Cargo / Função:
  - Telefone/WhatsApp (atualizado):
  - E-mail (atualizado):

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/20XX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.025/2026/CPL/PMSL**

**Processo Administrativo SEI nº 15901.000153/2026.**

**Órgão Gerenciador:** Central Permanente de Licitação do Município de São Luís - MA.

**Órgão(s) Participante(s):** \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, instituição criada e constituída nos termos da Lei nº 4.537, de 16 de novembro de 2005, com sede na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP.: 65.071-380, neste ato representada pela Presidente, a **Srª. Silvana Carla Costa dos Santos**, inscrita no CPF Nº 488.045.843-00, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.025/2026/CPL/PMSL** e a respectiva homologação, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa beneficiária indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais nº **60.155/2024**, de 09 de fevereiro de 2024 e **62.276/2026** de 20 de fevereiro de 2026, alterações posteriores e demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o registro de preços para ..... para atender as necessidades da ....., especificados nos itens ..... do **Anexo I - Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico - SRP n.º 90.025/2026/CPL/PMSL** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **2. DO BENEFICIÁRIO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O beneficiário, os preços registrados, os quantitativos e as especificações do objeto da licitação referente a proposta de preços da beneficiária desta Ata, estão registrados conforme segue:

<b>EMPRESA BENEFICIÁRIA:</b>	
<b>CNPJ Nº</b>	<b>PORTE:</b>



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

<b>TELEFONE: .</b>	<b>E-MAIL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>	
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	
<b>RG Nº:</b>	<b>CPF:</b>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
AMPLA PARTICIPAÇÃO					
COTA RESERVADA					
COTA EXCLUSIVA ME/EPP					

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a Central Permanente de Licitações do Município de São Luís – MA.

3.2. A Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS, é o único órgão participante do Registro de Preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de SRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 4.1**.

**4.6. Dos limites para as adesões.**

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.6.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **subitem 4.6.2**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.7. Da vedação a acréscimos de quantitativos**

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do art. 20, do Decreto Municipal 62.276/2026.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

## **5. DA VALIDADE E DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o **subitem 5.3** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o **subitem 5.5.1** tem por objetivo o registro dos licitantes remanescentes para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes remanescentes somente será efetuada quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no Edital*; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da Licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

5.13.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, sem prejuízo à tentativa de negociação para redução de preços, para assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**





**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **subitem 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **subitem 5.7**.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **subitem 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 7.2** e no **subitem 7.2.1**, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão participante para órgão participante; ou

8.2.2. De órgão participante para órgão não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **subitem 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 41, inciso III, do Decreto nº 62.276/2026.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos **subitens 9.1.1., 9.1.2., 9.1.3. e 9.1.4** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. A ARP será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.5.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

9.5.2. Pelo esgotamento do saldo quantitativo registrado;

9.5.3. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.5.4. Por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução de obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

9.5.5. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.5.5.1. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.5.2. O cancelamento do registro de preços por fatos previstos no inc. IV deste artigo poderá ocorrer a pedido do fornecedor, desde que apresentadas as justificativas e provas das alegações.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos licitantes remanescentes no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO I AO EDITAL*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís – MA, na data da assinatura eletrônica.

**Silvana Carla Costa dos Santos**  
**Presidente da CPL**

---

**Beneficiário**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3664299/2026 - SEMUS**

**São Luís - MA, 07 de abril de 2026**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

O presente ETP caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal deste instrumento é apresentar, de maneira detalhadamente a necessidade de aquisição de materiais médico-hospitalares e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Processo SEI n.º:** 15901.000153/2026

**Área solicitante:** COORDENAÇÃO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA/SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA À REDE DE SAÚDE

**Objeto de contratação:** MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES

**2. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO**

**Nome:** ANA PAULA PEREIRA DE SOUSA **Matrícula:** 32861

**Nome:** TAMIRES SILVA DE AZEVEDO FERREIRA **Matrícula:** 6469205

**3. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**3.1.** Considerando a necessidade de atendimento do Plano Anual de Saúde – PAS 2026/2029, que estabelece as intenções e resultados a serem alcançados durante a atual gestão e seus ajustes anuais que venham a ser necessários, oriundo das Programações Anuais da Saúde - PAS e resultados refletidos nos próximos Relatórios Anuais de Gestão que orientam os trabalhos das equipes de saúde sendo aprimorados à luz das mudanças da realidade municipal.

**3.2.** Considerando que cabe ao Gestor Municipal prover as condições necessárias para o atendimento à saúde de sua população, onde o mesmo organizou seus equipamentos de saúde distribuídos nos 09 (nove) distritos sanitários que compõem o Município de São Luís, com intuito de qualificar e ampliar o acesso universal, as ações e serviços de saúde, em tempo oportuno, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população ludovicense.

**3.3.** Diante disso, a SEMUS possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais. Desta forma, proporciona atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação do profissional e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

**3.4.** A saúde demanda uma ampla variedade de Materiais Médico-hospitalares necessários para atender demandas clínica da população. Logo, esta solicitação objetiva adquirir Materiais Médico-hospitalares, garantindo o acesso a tratamentos eficazes e condições de atendimento adequado a população.

**3.5.** A manutenção da saúde da população depende na disponibilidade de Materiais Médico-hospitalares para garantir a continuidade de tratamentos, especialmente para pacientes com condições crônicas. E a interrupção no fornecimento podem ter sérias consequências para a saúde dos indivíduos, como também, colapsar o Sistema Público de Saúde com aumento de internações hospitalares por descontrolado de níveis de estabilidade da doença.

**3.6.** Dessa forma, a aquisição de Materiais Médico-hospitalares é imprescindível para a preservação da Saúde Pública, no atendimento a direitos fundamentais, na promoção da Equidade, na prevenção de doenças e na continuidade do serviço e atendimento da população que dependem do Sistema único de Saúde (SUS) para ter acesso a saúde, sendo assistidos pelas Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA.

**4. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO COM O PLANEJAMENTO**

**4.1.** A presente demanda está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme publicado no Portal Nacional de Contratos Anuais – PNCP (Figura 01), como também, atente os objetivos e planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, permitindo uma visão de longo prazo favorecendo que a instituição antecipe as demandas, garanta a continuidade das operações e atenda efetivamente aos requisitos de segurança e uniformização.

**4.2.** A despesa em questão está devidamente prevista no PCA 2026-2129 (Secretaria Municipal de Saúde), conforme detalhamento a seguir:

**4.2.1. Id pca PNCP:** 06307102000130-0-000005/2026;

**4.2.2. ID do item no PCA (168);**

**4.2.3. Classe/Grupo (186) - Fornecimento de Material Médico-hospitalar.**

**Figura 01:** Tela de publicação no PNCP

# PCA 2026 - 2129 - Secretaria Municipal de Saúde

Última atualização: 12/12/2025



Id pca PNCP: 06307102000130-0-000005/2026

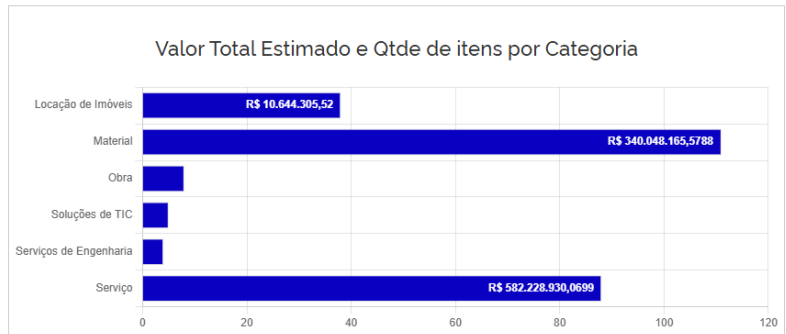
Data de publicação no PNCP: 07/07/2025

Local: São Luis/MA

Fonte: STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Total de itens: 254

Valor Total estimado (R\$): R\$ 1199.784.883.3087



Fonte: Portal Nacional de Contratações Públicas, 2026.

## 5. DOS REQUISITOS PARA A CONTRAÇÃO

### 5.1. Da qualificação técnica, as empresas/licitantes deverão atender:

#### 5.1.1. Dos documentos técnicos do (s) produto (s):

**5.1.1.1.** Catálogos e material (is) ilustrativo (s) original (is) ou cópia (s) em português, referente (s) ao (s) modelo (s) ofertado (s), comprobatório (s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original;

**5.1.1.2.** Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a "FONTE" (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

**5.1.1.3.** Registro do Produto no Ministério da Saúde, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devendo ser apresentado de forma legível, grifando o número do produto ofertado e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

**5.1.1.3.1.** Cópia do registro no Ministério da Saúde publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do site da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

**5.1.1.3.2.** Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6.º do artigo 12 da Lei n.º 6.360/76, de 23 de setembro de 1976;

**5.1.1.3.3.** A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado;

**5.1.1.3.4.** Em caso de registro vencido será analisado o envio da Petição 1 e 2 de Revalidação, legível;

**5.1.1.3.5.** Ou documento de isenção, quando for o caso. Os produtos sobre regime de vigilância sanitária que não são registrados e sim, cadastrados, o licitante terá que apresentar o Certificado de Dispensa de Registro (original ou cópia autenticada).

**5.2.1.4.** Não serão consideradas propostas que forem cópia fiel desta Descrição Técnica. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do (s) objetos (s) ofertado (s), em português. O (s) item (ns) não informado (s) poderá (ão) ser considerado (s) como não atendido (s);

**5.1.1.5.** Apresentar para os itens 01, 19 e 20: Laudos que comprovem a eficácia contra: *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* *Samonella choleraesuis* e laudo de irritação cutânea e determinação de teor de álcool;

**5.1.1.6.** Apresentar para os itens 03 e 35: Laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares;

**5.1.1.7.** Apresentar para o item 34: Laudos Oficiais da rede (REBLAS/INMETRO) comprovando que o produto não é irritante cutâneo/dérmico e laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares, ocorrendo atividade reducional de 99,99% dentro de 1 minuto: *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Samonella choleraesuis*.

#### 5.1.2. Documentos técnicos da (s) licitante (s):

**5.1.2.1.** Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) em nome do licitante:

**5.1.2.1.2.** Em caso de Licença Sanitária Vencida, a Licitante deverá apresentar cópia autenticada, atualizada e legível da solicitação (Protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida, desde que atente ao Art. 25 da Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. "A revalidação de licença deverá ser requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) dias de cada exercício;

**5.1.2.2.** Comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) de acordo com o produto licitado, através de cópia legível da sua publicação no DOU, ou cópia emitida eletronicamente através do site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em nome do licitante.

### 5.2. Da garantia do produto e validade:

**5.2.1.** Os Materiais Médico-hospitalares deverão atender aos requisitos técnicos legais estabelecidos pela legislação vigente, incluindo o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**5.2.2.** O prazo de validade no mínimo deve ser igual ou superior a 75% da validade total do insumo, contados a partir da data da entrega no Almoxarifado Central. Caso, seja autorizado previamente a entrega com data a menor, essa deverá ser solicitada previamente ao órgão e com envio da carta de compromisso de troca.

**5.2.3.** Deverão ainda conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso possuir em suas embalagens unitárias, especificações de quantidade, prazo de validade, bulas, condições de armazenamento e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito uso dos mesmos.

### 5.3. Requisitos ambientais:

**5.3.1.** O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Controladoria-Geral da União (2022) traz algumas definições a respeito da aquisição de Medicamentos, insumos hospitalares, materiais da área da saúde, material de limpeza, higiene e cosméticos. Consta como legislação aplicável:

**5.3.1.1.** Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos entre outros produtos);



**5.3.1.2.** Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.330/1976);

**5.3.1.3.** Lei nº 5.991, de 1973 (Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos);

**5.3.1.4.** RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA (Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação e de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem);

**5.3.1.5.** RDC nº 81, de 05 de novembro de 2008, da ANVISA (Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária);

**5.3.1.6.** Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020 do INMETRO (Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade dos Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado);

**5.3.1.7.** RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto de 2021 (Dispõe sobre os procedimentos para certificação compulsória dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária);

**5.3.1.8.** Instrução Normativa ANVISA nº 116, de 21 de dezembro de 2021 (Aprova a lista de Normas Técnicas, conforme Anexo I, cujo parâmetros devem ser adotados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, nos termos da RDC ANVISA nº 549, de 30 de agosto de 2021).

**5.3.1.9.** Destaca-se que este Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU, pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de solicitações no Termo de Referência:

**5.3.1.9.1:** Descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA);

**5.3.1.9.2.** Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, conforme item 5.1. deste Estudo Técnico Preliminar.

#### 5.4. Requisitos para o fornecimento e obrigacionais:

**5.4.1.** O prazo para o início da entrega dos materiais será a partir da emissão e envio da ordem de fornecimento a empresa, com prazo máximo de entrega de 20 (vinte) dias corridos, de forma PARCELADA de acordo com as necessidades da SEMUS;

**5.4.2.** O local de entrega será no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA.

**5.4.3.** O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias corridos.

**5.4.4.** O prazo para recebimento definitivo será de 05 (cinco) dias corridos

**5.4.5.** O prazo para troca/substituição será de 30 (trinta) dias corridos após a notificação da empresa.

**5.4.6.** A troca de marca do produto cotado pela empresa, só poderá ser realizada após envio de solicitação formal, com cópia do Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante e posterior análise pelos setores técnicos e jurídicos.

**5.4.7.** Das condições de transporte, guarda e armazenamento dos produtos:

**5.4.7.1.** O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante;

**5.4.7.2.** As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade;

**5.4.7.3.** Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

**5.4.8.** Para o item 19, a empresa vencedora deverá fornecer dispensadores de parede compatíveis com o refil no percentual de 15% do número de bolsas solicitadas, em regime de comodato.

#### 5.5. Da subcontratação:

**5.5.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 6. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**6.1.** A estimativa do quantitativo foi fundamentada na análise da série histórica de consumo das Unidades de Saúde vinculadas à SEMUS, bem como nos relatórios de saída fornecidas pelo Almoxarifado Central referente ao ano de 2025 (3537287). Tais informações permitiram a consolidação dos dados e apuração das médias de consumo para cada objeto (Memória de cálculo - 3040664). E complementarmente, considerou-se o histórico de aquisições bem-sucedidas de exercícios anteriores, com objetos de igual natureza, para assegurar a adequação das quantidades previstas.

**6.2.** É importante destacar que, atualmente existem 13 (treze) Unidades de Saúde vinculadas à SEMUS da Prefeitura Municipal de São Luís/MA, as quais oferecem serviços de saúde e prestam assistência a população. Logo, a SEMUS realiza o fornecimento de materiais médico-hospitalares para atendimento da população.

**6.3.** Ademais, em conformidade com o Art. 82, incisos II e IV, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a necessidade de estimar a quantidade mínima a ser cotada, verifica-se que a quantidade solicitada permite aos licitantes a oferta integral do quantitativo requerido. Assim, considerando que os licitantes usualmente conseguem ofertar todo o quantitativo, entende-se que não há necessidade de especificar a quantidade mínima a ser cotada, o que está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, evitando a fragmentação desnecessária das propostas e promovendo a competitividade entre os participantes.

**Quadro 01:** Quantitativo Programado

ID	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRESENT.	CONSUMO MENSAL	ESTIMATIVA P/12 MESES
1	269941	Alcool antisséptico em líquido, incolor, etílico, hidratado, graduação a 70%, embalagem com capacidade de 01 litro, recipiente de plástico fosco, descartável, com tampa lacrada. Embalagem, com dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 1 ano. A validade do produto, contada a partir do recebimento dos mesmos no setor responsável e registro em órgão competente. O licitante deverá apresentar ficha técnica e ficha de segurança do produto. Frasco com 1 litro.	FRASCO	6250	75000



2	301510	CAL SODADA ABSORVENTE DE CO2, com as características mínimas composto de Hidróxido de cálcio granulado na cor branca, para uso em Anestesia para ltragem de monóxido de carbono em sistema de venlação fechado, com umidade entre 14 e 16%. GALÃO DE: 4,5 KG.	UND	250	3000
3	269880	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2%, AQUOSA, Digliconato de Clorexidina a 2% solução aquosa, antisséptico químico a base d'água. Excipientes: glicerina, 5-Cloro-2-metil-4-isotiazolin3-ona + 2 Metil-4-isotiazolin-3-ona e água purificada. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.	FRASCO	125	1500
4	382524	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho G. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 90x200cm.	UNIDADE	400	4800
5	447940	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho GG. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 90x220cm	UNIDADE	325	3900
6	432182	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho M. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 60x150cm	UNIDADE	200	2400
7	432208	COBERTURA (SACO) PARA ÓBITO, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho P. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 50x100cm	UNIDADE	125	1500
8	452012	Embalagem p/esterilizacao em sms gramatura 50G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica, barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral preservação de esterilidade e bacteriana. Tamanho 90 x 90cm.	UNIDADE	1250	15000
9	452011	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 100 x 100 CM.	UNIDADE	1500	18000
10	452021	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 120 x 120 CM.	UNIDADE	2333	28000

11	442658	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 75 x 75 CM.	UNIDADE	908	10900
12	452016	EMBALAGEMP/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração, barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho 70 x 70 CM.	UNIDADE	908	10900
13	620163	ESCOVA DUPLA FACE PARA DEGERMAÇÃO DE PELE, descartável, com corpo em material plástico, atóxico, apirogênico, flexível, livre de defeitos, tendo em uma das faces, cerdas macias que não causem abrasão e na outra, esponja macia de poliuretano, impregnada com 22 ml de solução de gliconato de clorexidina de 2%. Embalagem individual íntegra, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto, até o momento de seu uso, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e registro em Órgão Competente.	UNIDADE	10000	120000
14	437863	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA 19mm X 50m para uso hospitalar em geral, e fechamento de pacotes de tecidos de algodão que serão submetidos ao processo de esterilização a vapor. Fabricada em papel crespado branco e adesivo a base de resina, que não deixa resíduos antes ou após a autoclavagem. Indicada para uso em autoclaves em ciclos com temperaturas até 134 graus.	UNIDADE	1583	19000
15	332343	FITA ADESIVA ZEBRADA, indicadora de esterilização à vapor (indicador químico classe I), dimensões mínimas de 19mm X 30m, cor bege, indicada para aderir a uma variedade de pacotes, incluindo tecido não tecido (SMS), tecidos de algodão e papel, resistente à temperatura de autoclavagem de 121°C até 134°C, e após a autoclavagem apresentar no mínimo 3 listras bem identificáveis a cada 5 cm de fita, apresentar consistência em sua fixação antes e após o processo de esterilização. Embalagem individual, com identificação do produto, validade e lote.	UNIDADE	1333	16000
16	443871	FORMALDEÍDO (FORMOL), ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, CONCENTRAÇÃO:À 10%, CARACTERISTICA ADICIONAL:EM SOLUÇÃO AQUOSA TAMPONADA	LITRO	292	3500

17	475840	Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - Frasco de 300g - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em Frasco de 300g, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.	FRASCO	2500	30000
18	475840	Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - galão com 5 litros - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em galão de 5 litros, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.	GALÃO	8	100
19	269943	Higienizador para as mãos em gel (Refil) neutro, composto de álcool etílico a 70% hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para as mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06 (Refil). Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Bolsa com 800mL. OBS: A empresa vencedora deverá fornecer dispensadores de parede compatíveis com o refil no percentual de 15% do número de bolsas solicitadas, em regime de comodato.	BOLSA	4167	50000
20	269943	Higienizador para as mãos em gel com tampa FLIP TOP, neutro, composto de álcool etílico a 70%, hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Frasco de 500mL.	FRASCO	4167	50000
21	332345	INDICADOR QUÍMICO CLASSE IV (integrador) para monitorização das condições de esterilização a vapor saturado no interior das embalagens (controle de pacote). Fita de papel coberta com substância química que muda de coloração ou com resposta por mudança de limite quando exposta às condições específicas de tempo e temperatura.	UNIDADE	11667	140000
22	332346	INDICADOR QUÍMICO CLASSE V (integrador) para monitorização das condições de esterilização a vapor saturado no interior das embalagens (controle de pacote). Fita de papel coberta com substância química que muda de coloração ou com resposta por mudança de limite quando exposta às condições específicas de tempo e temperatura.	UNIDADE	6667	80000

23	339652	INDICADOR QUÍMICO CLASSE VI (INTEGRADOR TIPO 6), tipo uso interno, tipo simulador, apresentação tira de papel, características adicionais para esterilização a vapor.	UNIDADE	11667	140000
24	340811	TESTE BOWIE & DICK, descartável, desenvolvido de acordo com o padrão AAMI. Aplicação: Testes de eficiência de autoclaves pré-vácuo que utilizam bomba de vácuo para remoção do ar do interior da câmara interna. Composição: Duas folhas de testes impressas com indicador químico sensível ao vapor, classe 2, Complemento: Conforme norma ANSI/AAMMI/ISO 11140- 5, dispostas entre camadas de folhas de um material poroso, acondicionadas em uma embalagem que forma um pacote. O pacote deve ser embalado em não tecido descartável e fechado por um rótulo contendo indicador químico, que indica a exposição ao vapor através de um indicador químico do processo. A folha de teste principal, colocada próximo ao centro geométrico do pacote deverá ser totalmente revestida por um indicador químico impresso, que apresenta mudança de coloração uniforme, exceto quando houver falhas na remoção do ar. O pacote teste também deverá conter uma folha de alerta, que possui um indicador químico que muda de cor caso não seja detectado qualquer falha na bomba de vácuo.	UNIDADE	9000	108000
25	437465	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 10cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500
26	442385	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 12cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500

27	443438	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 15cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500
28	442384	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 20cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500
29	446031	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 25cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500
30	442386	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 30cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500

31	442388	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 40cm x 100m.	ROLO 100M	125	1500
32	376026	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR resistente, na cor branca, leitosa, com lacre, fabricados com polietileno, para condicionamento de resíduos infectante, em conformidade com as normas de ABNT 9191, (requisitos e métodos de ensaio), 9195 (resistência a queda livre), 7500 (simbologia). Espaço p/ anotação da unidade geradora e data de geração (Resolução CONAMA nº 05), dados de identificação do fabricante (NBR 7500). Capacidade 100 Litros	UNIDADE	2333	28000
33	230570	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR resistente, na cor branca, leitosa, com lacre, fabricados com polietileno, para condicionamento de resíduos infectante, em conformidade com as normas de ABNT 9191, (requisitos e métodos de ensaio), 9195 resistência a queda livre), 7500 (simbologia). Espaço p/ anotação da unidade geradora e data de geração (Resolução CONAMA nº 05), dados de identificação do fabricante (NBR 7500). Capacidade 30 Litros	UNIDADE	2500	30000
34	269878	SOLUÇÃO ANTI-SÉPTICA ALCÓOLICA À BASE DE CLOROHEXIDINA, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,5%, associado à tensoativos, acondicionado em recipiente de plástico resistente com. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Deve apresentar laudos: Oficiais da rede (REBLAS/INMETRO) comprovando que o produto não é irritante cutâneo/dérmico e laudos de eficácia microbiológica frente aos principais microrganismos patogênicos envolvidos nas infecções hospitalares, ocorrendo atividade reducional de 99,99% dentro de 1 minuto: Staphylococcus aureus, Pseudomonas aeruginosa e Samonella choleraesuis. Frasco de 1 Litro.	FRASCO	583	7000

35	269880	SOLUÇÃO DEGERMANTE À BASE DE CLOREXIDINA 2%, digliconato de clorexidina. Excipientes: glicerina, óxido de alquil dimetil amina, álcool etílico, hidroxietilcelulose e água purificada. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.	FRASCO	1242	14900
----	--------	---	--------	------	-------

7. DO LEVANTAMENTO DO MERCADO

- 7.1. O levantamento de mercado foi realizado visando à eficiência, eficácia, economicidade, padronização e práticas de mercado.
- 7.2. Em observância ao disposto no art. 18, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as condições comerciais e técnicas praticadas para o **fornecimento de materiais médico-hospitalares**, necessários para suprir as demandas das unidades de saúde vinculadas à esta Administração Pública.
- 7.3. O levantamento buscou verificar a **existência de fornecedores capacitados**, as **especificações técnicas usualmente ofertadas** e as **práticas correntes de fornecimento** no setor, de modo a subsidiar a definição da solução mais vantajosa para a Administração.
- 7.4. As consultas permitiram constatar que o mercado adota, de forma consolidada, o **modelo de fornecimento**, vinculado à **aquisição regular de materiais de consumo**, o que reduz custos de aquisição pela Administração.
- 7.5. Ressalta-se que os objetos possuem natureza comum e estão amplamente disponíveis no mercado, o que garante a competitividade e a viabilidade da aquisição pretendida.
- 7.6. A partir da análise mencionada, constatou-se que não há, no cenário atual, alternativas viáveis, tais como doações, convênios, parcerias ou fornecimento por programas governamentais.
- 7.7. Dessa forma, fica evidenciado que é a única forma de obtenção dos objetos é por meio de **aquisição**.

7.8 JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 7.8.1 Sobre a adoção do SRP, o art. 27 do Decreto Municipal nº 60.157/2024, dispõe o seguinte:
- "Art. 27. O SRP será adotado preferencialmente quando: I - pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes; II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."*
- 7.8.2 Considerando que há a necessidade contratações frequentes, previsão de entrega parceladas e que ainda não foi possível a definição previamente o quantitativo demandado, resta configurado as hipóteses dos inciso I, II e IV.
- 7.8.3 Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

8. DA ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRAÇÃO

- 8.1. Tendo em vista a pesquisa de mercado realizada em processos licitatórios, Atas de Registro de Preços e contratos com objetos de igual teor, o qual foram exitosos, aproveitou-se então como base de dados para elaboração das estimativas de preços para contratação, conforme Quadro 02 abaixo.
- 8.2. Ressalta-se ainda que foram utilizadas Atas de Atas de Registros de Preços (ARP) desta Administração Pública, verificadas e publicadas através do site da Central Permanente de São Luís/MA ([Link](#)). E na ausência dessas informações consultou-se o Painel de Preços do Governo Federal ([Link](#)), como também, sites especializados.
- 8.3. Registra-se que o presente levantamento não configura cotação formal de preços, mas sim um **estudo preliminar de mercado**, destinado exclusivamente a subsidiar a fase interna do processo licitatório.

Quadro 02: Estimativa de preços

ID	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRESENT.	ESTIMATIVA P/12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FONTE DE PESQUISA
1	269941	Álcool antisséptico em líquido, incolor, etílico, hidratado, graduação a 70%, embalagem com capacidade de 01 litro, recipiente de plástico fosco, descartável, com tampa lacrada. Embalagem, com dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 1 ano. A validade do produto, contada a partir do recebimento dos mesmos no setor responsável e registro em órgão competente. O licitante deverá apresentar ficha técnica e ficha de segurança do produto. Frasco com 1 litro.	FRASCO	75000	R\$ 5,78	R\$ 433.500,00	ARP 373/2025 PE 90.066/2025 ( <a href="#">Link</a> )
2	301510	CAL SODADA ABSORVENTE DE CO2, com as caracteriscas mínimas composto de Hidróxido de cálcio granulado na cor branca, para uso em Anestesia para ltragem de monóxido de carbono em sistema de ventilação fechado, com umidade entre 14 e 16%. GALÃO DE: 4,5 KG.	UND	3000	R\$ 158,00	R\$ 474.000,00	MUNICIPIO DE SÃO SIMÃO/GO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 898/2021 ( <a href="#">Link</a> )

3	269880	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2%, AQUOSA, Digliconato de Clorexidina a 2% solução aquosa, antisséptico químico a base d'água. Excipientes: glicerina, 5-Cloro-2-metil-4-isotiazolin3-ona + 2 Metil-4-isotiazolin-3-ona e água purificada. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.	FRASCO	1500	R\$ 15,05	R\$ 22.575,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.029/2025 PROCESSO 096/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 052/2025 ( <a href="#">Link</a> )
4	382524	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho G. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 90x200cm.	UNIDADE	4800	R\$ 10,50	R\$ 50.400,00	
5	447940	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho GG. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 90x220cm	UNIDADE	3900	R\$ 17,40	R\$ 67.860,00	ARP 035/2024 PE 205/2023 ( <a href="#">Link</a> )
6	432182	Cobertura (saco) para óbito, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho M. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 60x150cm	UNIDADE	2400	R\$ 13,05	R\$ 31.320,00	ARP 035/2024 PE 205/2023 ( <a href="#">Link</a> )
7	432208	COBERTURA (SACO) PARA ÓBITO, na cor cinza com zíper central e etiqueta de identificação em plástico resistente. Tamanho P. Embalagem com dados de identificação do fabricante e Norma ABNT. Dimensões 50x100cm	UNIDADE	1500	R\$ 7,00	R\$ 10.500,00	ARP 441/2025 PE 90.066/2025 ( <a href="#">Link</a> )
8	452012	Embalagem p/esterilizacao em sms gramatura 50G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica, barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral preservação de esterilidade e bacteriana. Tamanho 90 x 90cm.	UNIDADE	15000	R\$ 1,96	R\$ 29.400,00	ARP 510/2025 PE 90.076/2025 ( <a href="#">Link</a> )
9	452011	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 100 x 100 CM.	UNIDADE	18000	R\$ 2,15	R\$ 38.700,00	ARP 378/2025 PE 90.066/2025 ( <a href="#">Link</a> )  ARP 284/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )  ARP 280/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )
10	452021	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 120 x 120 CM.	UNIDADE	28000	R\$ 3,15	R\$ 88.200,00	
11	442658	EMBALAGEM P/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração. Barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho, tamanho 75 x 75 CM.	UNIDADE	10900	R\$ 1,45	R\$ 15.805,00	



12	452016	EMBALAGEM/ESTERILIZACAO EM SMS GRAMATURA 60G/M2 hipoalérgica, atóxica, resistência mecânica e rasgo e tração, barreira microbiana comprovado com laudo de filtração viral, preservação de esterilidade e bacteriana tamanho 70 x 70 CM.	UNIDADE	10900	R\$ 1,02	R\$ 11.118,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 381/2025 PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N.º 90.066/2025/CPL/PMSL Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS ( <a href="#">Link</a> )  ARP 355/2025 PE 90.064/2025 ( <a href="#">Link</a> )  ARP 284/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )  ARP 284/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )
13	620163	ESCOVA DUPLA FACE PARA DEGERMAÇÃO DE PELE, descartável, com corpo em material plástico, atóxico, aprotogênico, flexível, livre de defeitos, tendo em uma das faces, cerdas macias que não causem abrasão e na outra, esponja macia de poliuretano, impregnada com 22 ml de solução de gliconato de clorexidina de 2%. Embalagem individual íntegra, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto, até o momento de seu uso, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e registro em Órgão Competente.	UNIDADE	120000	R\$ 1,98	R\$ 237.600,00	
14	437863	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA 19mm X 50m para uso hospitalar em geral, e fechamento de pacotes de tecidos de algodão que serão submetidos ao processo de esterilização a vapor. Fabricada em papel crespado branco e adesivo a base de resina, que não deixa resíduos antes ou após a autoclavagem. Indicada para uso em autoclaves em ciclos com temperaturas até 134 graus.	UNIDADE	19000	R\$ 4,20	R\$ 79.800,00	
15	332343	FITA ADESIVA ZEBRADA, indicadora de esterilização à vapor (indicador químico classe I), dimensões mínimas de 19mm X 30m, cor bege, indicada para aderir a uma variedade de pacotes, incluindo tecido não tecido (SMS), tecidos de algodão e papel, resistente à temperatura de autoclavagem de 121°C até 134°C, e após a autoclavagem apresentar no mínimo 3 listras bem identificáveis a cada 5 cm de fita, apresentar consistência em sua fixação antes e após o processo de esterilização. Embalagem individual, com identificação do produto, validade e lote.	UNIDADE	16000	R\$ 4,20	R\$ 67.200,00	
16	443871	FORMALDEÍDO (FORMOL), ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, CONCENTRAÇÃO:À 10%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:EM SOLUÇÃO AQUOSA TAMPONADA	LITRO	3500	R\$ 8,19	R\$ 28.665,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇO n.º 286/2024-SMS.G PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 6018.2023/0098361-5 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90174/2024/SMS.G ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE ( <a href="#">Link</a> )

17	475840	Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - Frasco de 300g - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em Frasco de 300g, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.	FRASCO	30000	R\$ 3,45	R\$ 103.500,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 370/24 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/24 - EDITAL Nº 031/24 ( <a href="#">Link</a> )
18	475840	Gel para ECG (ELETROCARDIOGRAMA) neutro azul - galão com 5 litros - inodoro e hipoalergênico, sem álcool, pH neutro, hidrossolúvel, isento de sal e gordura, isento de cloreto de sódio e sujidade, gel condutor incolor que tem com finalidade auxiliar na condução de corrente elétrica em aparelhos que necessitam de um meio de contato como ECG, ULTRASSOM, LASER E CONDUÇÃO DE CORRENTE ELÉTRICA, envasado em galão de 5 litros, contendo fabricação, lote, validade, registro na ANVISA e integridade da embalagem.	GALÃO	100	R\$ 26,99	R\$ 2.699,00	ARP 642/2025 PE 90.117/2025 ( <a href="#">Link</a> )
19	269943	Higienizador para as mãos em gel (Refil) neutro, composto de álcool etílico a 70% hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para as mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06 (Refil). Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Bolsa com 800mL. OBS: A empresa vencedora deverá fornecer dispensadores de parede compatíveis com o refil no percentual de 15% do número de bolsas solicitadas, em regime de comodato.	BOLSA	50000	R\$ 11,86	R\$ 593.000,00	ARP 236/2024 PE 176/2023 ( <a href="#">Link</a> )
20	269943	Higienizador para as mãos em gel com tampa FLIP TOP, neutro, composto de álcool etílico a 70%, hidratante para pele, ação bactericida e antisséptica para mãos. Deve atender o disposto na RDC 17/10 e RDC 199/06. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tempo de validade e registro em Órgão competente. Frasco de 500mL.	FRASCO	50000	R\$ 3,88	R\$ 194.000,00	ARP 236/2024 PE 176/2023 ( <a href="#">Link</a> )
21	332345	INDICADOR QUÍMICO CLASSE IV (integrador) para monitorização das condições de esterilização a vapor saturado no interior das embalagens (controle de pacote). Fita de papel coberta com substância química que muda de coloração ou com resposta por mudança de limite quando exposta às condições específicas de tempo e temperatura.	UNIDADE	140000	R\$ 0,11	R\$ 15.400,00	ARP 286 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )
22	332346	INDICADOR QUÍMICO CLASSE V (integrador) para monitorização das condições de esterilização a vapor saturado no interior das embalagens (controle de pacote). Fita de papel coberta com substância química que muda de coloração ou com resposta por mudança de limite quando exposta às condições específicas de tempo e temperatura.	UNIDADE	80000	R\$ 0,15	R\$ 12.000,00	ARP 289/2024 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )

23	339652	INDICADOR QUÍMICO CLASSE VI (INTEGRADOR TIPO 6), tipo uso interno, tipo simulador, apresentação tira de papel, características adicionais para esterilização a vapor.	UNIDADE	140000	R\$ 0,24	R\$ 33.600,00	ARP 004/2024 PE 180/2023 ( <a href="#">Link</a> )
24	340811	TESTE BOWIE & DICK, descartável, desenvolvido de acordo com o padrão AAMI. Aplicação: Testes de eficiência de autoclaves pré-vácuo que utilizam bomba de vácuo para remoção do ar do interior da câmara interna. Composição: Duas folhas de testes impressas com indicador químico sensível ao vapor, classe 2, Complemento: Conforme norma ANSI/AAMMI/ISO 11140- 5, dispostas entre camadas de folhas de um material poroso, acondicionadas em uma embalagem que forma um pacote. O pacote deve ser embalado em não tecido descartável e fechado por um rótulo contendo indicador químico, que indica a exposição ao vapor através de um indicador químico do processo. A folha de teste principal, colocada próximo ao centro geométrico do pacote deverá ser totalmente revestida por um indicador químico impresso, que apresenta mudança de coloração uniforme, exceto quando houver falhas na remoção do ar. O pacote teste também deverá conter uma folha de alerta, que possui um indicador químico que muda de cor caso não seja detectado qualquer falha na bomba de vácuo.	UNIDADE	108000	R\$ 5,80	R\$ 626.400,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2025 PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.054/2025/CPL/PMSL ( <a href="#">Link</a> )
25	437465	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 10cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 46,53	R\$ 69.795,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2025 ( <a href="#">Link</a> )
26	442385	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 12cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 59,00	R\$ 88.500,00	ARP 424/2025 PE 90.077/2025 ( <a href="#">Link</a> )

27	443438	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 15cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 68,31	R\$ 102.465,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2025 ( <a href="#">Link</a> )
28	442384	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 20cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 81,04	R\$ 121.560,00	ARP 282/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )
29	446031	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 25cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 101,37	R\$ 152.055,00	ARP 282/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )
30	442386	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'AGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 30cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 121,57	R\$ 182.355,00	ARP 282/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )

31	442388	PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMATURA 60G/M2 FILME TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, USO HOSPITALAR. INDICADOR QUÍMICO CLASSE I PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR D'ÁGUA, com leitura visual autoexplicativa. Selagem lateral com no mínimo 8mm, com impressão de identificação do produto a cada 10cm, material hidrorrepelente, isento de amido, agentes tóxicos e impurezas, sem liberação de partículas, devendo permitir termoselagem e manter-se íntegra durante e após a esterilização. Embalagem externa segura, com identificação do produto. ROLO 40cm x 100m.	ROLO 100M	1500	R\$ 162,60	R\$ 243.900,00	ARP 281/2025 PE 90.054/2025 ( <a href="#">Link</a> )
32	376026	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR resistente, na cor branca, leitosa, com lacre, fabricados com polietileno, para condicionamento de resíduos infectante, em conformidade com as normas de ABNT 9191, (requisitos e métodos de ensaio), 9195 (resistência a queda livre), 7500 (simbologia). Espaço p/ anotação da unidade geradora e data de geração (Resolução CONAMA nº 05), dados de identificação do fabricante (NBR 7500). Capacidade 100 Litros	UNIDADE	28000	R\$ 0,41	R\$ 11.480,00	ARP 038/2024 PE 205/2023 ( <a href="#">Link</a> )
33	230570	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR resistente, na cor branca, leitosa, com lacre, fabricados com polietileno, para condicionamento de resíduos infectante, em conformidade com as normas de ABNT 9191, (requisitos e métodos de ensaio), 9195 resistência a queda livre), 7500 (simbologia). Espaço p/ anotação da unidade geradora e data de geração (Resolução CONAMA nº 05), dados de identificação do fabricante (NBR 7500). Capacidade 30 Litros	UNIDADE	30000	R\$ 0,34	R\$ 10.200,00	ARP 038/2024 PE 205/2023 ( <a href="#">Link</a> )
34	269878	SOLUÇÃO ANTI-SÉPTICA ALCÓOLICA À BASE DE CLOROHEXIDINA, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,5%, associado à tensoativos, acondicionado em recipiente de plástico resistente com. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Frasco de 1 Litro.	FRASCO	7000	R\$ 13,75	R\$ 96.250,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 608/2025 PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.113/2025/CPL/PMSL Processo Administrativo SEI nº 15901.010418/2025 ( <a href="#">Link</a> )
35	269880	SOLUÇÃO DEGERMANTE À BASE DE CLOREXIDINA 2%, digliconato de clorexidina. Excipientes: glicerina, óxido de alquil dimetil amina, álcool etílico, hidroxietilcelulose e água purificada. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, notificação no MS. Registro na ANVISA. Frasco de 1 Litro.	FRASCO	14900	R\$ 16,63	R\$ 247.787,00	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 612/2025 PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.113/2025/CPL/PMSL Processo Administrativo SEI nº 15901.010418/2025 ( <a href="#">Link</a> )
<b>TOTAL:</b>						<b>R\$ 4.593.589,00</b>	

#### 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**9.1.** A solução sugerida é a aquisição de materiais médico-hospitalares, a fim de atender as necessidades das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, através de Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preço.

**9.2.** Tal solução é similar à adotada por outros órgãos da administração e comum ao mercado de fornecedores, conforme demonstrado nos itens anteriores.

**9.3.** Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente

comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

**9.4.** Como justificativa, a aquisição de materiais médico-hospitalares contribuirá para a continuidade do pleno funcionamento das Unidades de Saúde Municipais.

**9.5.** A contratação deverá ser realizada através da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preço, pela flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica, bem como por não ser possível, pela natureza do objeto, definir previamente o quantitativo exato, necessário para o atendimento da demanda desta Administração. Esse tipo de contratação permite a participação de vários fornecedores no mercado nacional aptos a fornecer os itens necessários, conforme as especificações apresentadas, visando assim a obtenção da melhor proposta e menor preço, consequentemente economia para esta Administração Pública, estando assim em consonância com o Decreto Municipal nº 60.157/2024, Art. 27, que trata do Sistema de Registro de Preço.

## **10. DO PARCELAMENTO**

**10.1.** Opta-se em licitar por item, pois os órgãos têm a possibilidade de selecionar precisamente os produtos que melhor atendam às suas demandas específicas e aos rigorosos padrões de qualidade necessários nesse contexto.

**10.2.** Além disso, essa abordagem estimula uma competição mais intensa entre os fornecedores, já que estes podem destacar-se em termos de preço e qualidade em produtos específicos, potencialmente resultando em preços mais vantajosos para os órgãos públicos.

## **11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**11.1.** Pretende-se, com a presente contratação, assegurar o fornecimento regular de materiais médico-hospitalares às Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, de forma a evitar desabastecimentos que possam comprometer ou interromper a assistência à saúde dos munícipes de São Luís-MA.

**11.2.** A contratação tem como finalidade garantir a manutenção da integralidade do atendimento, prevenindo a suspensão de procedimentos, consultas, internações e demais serviços assistenciais decorrentes da indisponibilidade de insumos essenciais. Nesse contexto, apresentam-se, a seguir, os principais resultados a serem alcançados:

**11.2.1. Garantia de abastecimento regular e contínuo** de materiais médico-hospitalares às Unidades de Urgência e Emergência, Ambulatórios e Unidades de Internação da Rede Municipal de Saúde, assegurando a continuidade dos atendimentos e tratamentos ofertados à população;

**11.2.2. Maior eficácia na prestação dos serviços de saúde**, mediante a disponibilização oportuna de insumos indispensáveis ao diagnóstico, tratamento e reabilitação dos pacientes;

**11.2.3. Redução de riscos assistenciais**, evitando prejuízos à saúde dos usuários decorrentes da falta de materiais essenciais;

**11.2.4. Melhoria da qualidade do atendimento**, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde e maior resolutividade nas ações assistenciais;

**11.3.** Em síntese, a contratação visa assegurar o funcionamento regular da rede municipal de saúde, com prestação de serviços mais eficazes e eficientes, utilização racional dos recursos públicos e fortalecimento da capacidade institucional da Administração, promovendo melhorias concretas no atendimento à população.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

**12.1.** Não existem contratações correlatas ou interdependentes. As contratações relacionadas aos processos materiais médico-hospitalares são tratados de forma independente, uma vez que, cada contrato atende a necessidades específicas e distintas.

**12.2.** Dessa forma, não há dependência ou necessidade de coordenação entre os contratos, o que permite que cada um seja gerido separadamente, garantindo eficiência e clareza na administração dos processos.

## **13. DA PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS**

**13.1.** Por se tratar de aquisição que acontece anualmente, não se faz necessária nenhuma adequação. Sendo a aquisição a própria providência adotada diante das demandas. Desta forma, entendemos que, momentaneamente, não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada.

## **14. DA SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS**

**14.1.** A sustentabilidade ambiental tornou-se uma preocupação global, e o setor de saúde não está isento dessa responsabilidade. Tanto as empresas vendedoras de materiais médico-hospitalares quanto os órgãos que os compram têm um papel crucial na promoção de práticas sustentáveis. A seguir, destacamos alguns critérios essenciais que devem ser considerados:

**14.1.1. Produção Sustentável:** As empresas vendedoras devem adotar práticas de produção sustentável, reduzindo o consumo de recursos naturais, minimizando resíduos e emissões, e optando por materiais e processos menos prejudiciais ao meio ambiente. A certificação ambiental de produtos e processos é um indicador importante nesse aspecto.

**14.1.2. Embalagens Ecoeficientes:** A redução do uso de plásticos e materiais não biodegradáveis nas embalagens é crucial. Optar por embalagens recicláveis, compostáveis ou reutilizáveis pode significativamente reduzir o impacto ambiental associado aos resíduos gerados pelos produtos médicos.

**14.1.3. Gestão de Resíduos:** Tanto as empresas vendedoras quanto órgãos compradores devem adotar políticas rigorosas de gestão de resíduos, priorizando a reciclagem, reutilização e destinação adequada dos resíduos perigosos. Isso inclui a implementação de programas de coleta seletiva, tratamento e disposição final responsável.

**14.1.4. Transporte Sustentável:** A logística e o transporte dos produtos também são áreas que podem ser otimizadas para reduzir a pegada de carbono. A utilização de veículos mais eficientes, a consolidação de cargas e a promoção de rotas mais sustentáveis são práticas que devem ser incentivadas.

**14.1.5. Educação e Conscientização:** Promover a educação e a conscientização sobre práticas sustentáveis entre os funcionários, fornecedores e clientes é fundamental. Treinamentos, campanhas de sensibilização e materiais informativos podem contribuir para a adoção de comportamentos mais sustentáveis.

**14.1.6. Aquisição Responsável:** Os órgãos compradores devem priorizar a aquisição de produtos e serviços de empresas que demonstram comprometimento com a sustentabilidade ambiental. Isso pode ser feito por meio da inclusão de critérios ambientais nos processos de licitação e contratação.

**14.1.7. Monitoramento e Avaliação:** A implementação de sistemas de monitoramento e avaliação periódica das práticas sustentáveis é essencial para garantir a conformidade e a melhoria contínua. Indicadores de desempenho ambiental devem ser estabelecidos e acompanhados regularmente.

**14.2.** Em suma, a sustentabilidade ambiental deve ser integrada às estratégias e operações das empresas vendedoras e dos órgãos compradores de materiais médico-hospitalares. A adoção de práticas sustentáveis não apenas contribui para a proteção do meio ambiente, mas também pode resultar em benefícios econômicos, sociais e reputacionais significativos. Ao priorizar a sustentabilidade, essas organizações demonstram seu compromisso com um futuro mais justo, equitativo e saudável para todos.

### **14.2.1. Orientações da CGU:**

**14.2.1.1.** Em conformidade com as **legislações pertinentes à vigilância sanitária e orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU)** no que concerne à aquisição de Medicamentos, Insumos Hospitalares, Materiais da Área da Saúde, Higiene e Cosméticos.

**14.2.1.2.** Destacamos que este Guia, pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de solicitações no Termo de Referência, como por exemplo, item de descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA), Prova de atendimento aos seguintes requisitos de apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

**14.2.1.3.** Vale ressaltar que um dos documentos solicitados pela Vigilância Sanitária, para emissão de Alvará Sanitário para as empresas, é o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, o que demonstra que as empresas empregam práticas sustentáveis.

**14.2.1.4.** Já o Art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021 refere-se a um aspecto importante no contexto das licitações, especificamente no que diz respeito à consideração dos impactos ambientais e medidas mitigadoras. Este artigo destaca a necessidade de que, no processo de elaboração do edital de licitação, seja incluída a descrição dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do contrato, bem como as respectivas medidas para mitigá-los. A seguir, considerando estes aspectos, serão considerados os possíveis impactos ambientais bem como as medidas de mitigação.



**14.2.2. Impactos Ambientais:** O descarte inadequado de materiais médico-hospitalares pode acarretar uma série de impactos ambientais negativos, incluindo:

**14.2.2.1.** Contaminação do solo e da água: materiais médico-hospitalares descartados de maneira inadequada podem conter substâncias químicas nocivas que, ao entrarem em contato com o solo ou serem lançadas em corpos d'água, podem contaminar o meio ambiente. Isso pode afetar tanto a flora quanto a fauna, comprometendo ecossistemas naturais e recursos hídricos.

**14.2.2.2.** Riscos à saúde humana: A exposição a resíduos médico-hospitalares pode representar riscos à saúde humana, tanto para a população em geral quanto para trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos. Produtos químicos, micro-organismos patogênicos e materiais cortantes podem causar doenças e lesões se não forem adequadamente manuseados e descartados.

**14.2.2.3.** Impactos na vida marinha: O descarte inadequado de materiais médico-hospitalares pode atingir ecossistemas aquáticos, afetando a vida marinha. Substâncias químicas presentes nesses produtos podem prejudicar peixes, organismos marinhos e corais, comprometendo a biodiversidade e a saúde dos oceanos.

**14.2.2.4.** Problemas de resíduos sólidos: O aumento do descarte inadequado de materiais médico-hospitalares pode contribuir para o acúmulo de resíduos sólidos em aterros sanitários, aumentando os custos de gerenciamento de resíduos e ocupando espaço valioso.

**14.2.2.5.** Impactos na vida selvagem: Resíduos médico-hospitalares descartados de maneira inadequada podem ser ingeridos ou entrelaçados por animais selvagens, causando danos físicos ou morte. Isso pode resultar em perturbação e desequilíbrio nos ecossistemas naturais.

**14.2.3. Medidas mitigadoras:** Em resumo, o descarte inadequado de materiais médico-hospitalares representa uma ameaça significativa ao meio ambiente e à saúde pública. Portanto, é fundamental implementar práticas adequadas de gestão de resíduos, incluindo a coleta seletiva, o descarte seguro e a destinação final adequada, a fim de minimizar esses impactos ambientais negativos.

**14.3.** Neste sentido, destacamos que a Secretaria municipal de Saúde de São Luís, adota, em toda as suas unidades, a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que é um documento técnico-operacional que estabelece procedimentos adequados para a gestão dos resíduos gerados em estabelecimentos de saúde. Esse plano é fundamental para garantir a segurança dos profissionais de saúde, dos pacientes e do meio ambiente, além de estar em conformidade com as normas regulatórias vigentes.

**14.4.** A Lei nº 12.305/2010, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é um marco na gestão ambiental, entretanto, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é uma exigência estabelecida pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa norma estabelece os requisitos técnicos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo hospitais, consultórios, farmácias e demais estabelecimentos que gerem esse tipo de resíduo.

**14.5.** O PGRSS abrange desde a geração dos resíduos até sua disposição final, passando pela coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação adequada. Ele deve contemplar diversos aspectos, como a classificação dos resíduos de acordo com sua natureza e periculosidade, os procedimentos para segregação e acondicionamento dos resíduos, os equipamentos de proteção individual necessários, os locais e condições de armazenamento temporário, as rotas de transporte, os métodos de tratamento e os destinos finais adequados.

**14.6.** Além deste aspecto, vale ressaltar que a SEMUS inclui no seu Plano Anual de Contratações, através do item 22, classe 301 (Serviço de Eliminação de Resíduos Especiais), a previsão e necessidade de contratação de empresa especializada em logística reversa, no que diz respeito ao recolhimento dos resíduos, sejam eles resíduos do Grupo A - Resíduos Infectantes, Grupo B - Resíduos Químicos, Grupo D - Resíduos Comuns ou Não Especiais, Grupo E - Resíduos Perfurocortantes, nas respectivas unidades de saúde desta secretaria, em consonância com o PGRSS de cada unidade de saúde. Destacamos ainda que as medidas de destinação final destes resíduos é a incineração a ser realizada pela empresa contratada, eliminando quaisquer possíveis impactos ambientais.

**14.7.** Diante disso, a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA adotará medidas como solicitar documentações técnicas às contratadas, como a autorização de funcionamento de empresa emitido pelo órgão sanitário fiscalizador competente, no Termo de Referência do Edital, bem como descreve os possíveis impactos ambientais e as medidas de mitigação realizadas após a Contratação.

**14.8.** Ao adotarmos práticas sustentáveis, reafirmamos nosso compromisso com a preservação do meio ambiente e com a promoção da saúde e do bem-estar das gerações presentes e futuras.

## **15. DA VIABILIDADE DE CONTRAÇÃO**

**15.1.** A contratação de materiais médico-hospitalares por meio de licitação através do Registro de Preços, conforme a Lei nº 14.133/2021, apresenta diversas vantagens. Essa modalidade permite maior flexibilidade na aquisição conforme a necessidade, evitando o acúmulo de estoques e desperdícios. Além disso, possibilita economia de escala, pois a compra centralizada permite a negociação de preços mais vantajosos, garantindo celeridade no processo de compra e uma resposta mais rápida em situações de urgência.

**15.2.** A análise de risco associada a essa contratação revelou a necessidade de mitigações específicas para assegurar a viabilidade e segurança do processo. Riscos jurídicos, operacionais, financeiros e de qualidade foram identificados e abordados com medidas preventivas. Consultoria jurídica especializada e capacitação dos envolvidos garantirão a conformidade com a nova legislação. Cláusulas contratuais rigorosas quanto aos prazos de entrega, estudo de mercado para estimar preços e especificações técnicas detalhadas no edital são algumas das estratégias implementadas para mitigar os riscos.

**15.3.** Conclui-se que a contratação via Registro de Preços é viável e vantajosa para a aquisição de materiais médico-hospitalares, desde que as medidas de mitigação dos riscos sejam rigorosamente seguidas. A adoção dessa modalidade, alinhada com a nova Lei de Licitações, assegura um processo transparente, econômico e juridicamente seguro, garantindo o fornecimento adequado dos materiais médico-hospitalares necessários para atender à população com eficiência e qualidade.

## **16. DA CONTRATAÇÃO DA NATUREZA**

**16.1.** A contratação de empresa para o fornecimento de materiais médico-hospitalares é de natureza continuada, por diversas razões específicas, que variam conforme com motivos abaixo:

**16.1.1. Eficiência e Planejamento Orçamentário:** A natureza continuada permite que a Administração Pública faça um planejamento orçamentário mais eficiente, uma vez que os contratos são firmados por períodos mais longos, garantindo previsibilidade no consumo e nos custos ao longo do tempo. Isso facilita a alocação de recursos e o controle financeiro, evitando gastos inesperados e permitindo uma gestão orçamentária mais estruturada.

**16.1.2. Garantia de Fornecimento Regular:** Quando se trata de fornecimento de bens essenciais, como materiais médico-hospitalares, a natureza continuada assegura que os produtos sejam entregues de maneira regular e pontual, sem a necessidade de realizar novas licitações a cada compra. Isso é particularmente importante para garantir a disponibilidade constante de insumos, sem interrupções que possam comprometer o atendimento da saúde pública ou o funcionamento de unidades de saúde.

**16.1.3. Redução de Custos Administrativos:** Com a contratação de natureza continuada, a Administração evita a repetição de processos licitatórios frequentes, o que reduz os custos administrativos associados à preparação, condução e execução de múltiplos processos licitatórios. Além disso, a negociação de preços pode ser mais vantajosa, já que o fornecedor tem a segurança de um contrato de longo prazo, o que pode resultar em descontos ou condições mais favoráveis para a Administração.

## **17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**17.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **18. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 27 do Decreto nº 62.276/2026, a vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

**18.2.** Na hipótese de prorrogação, admite-se a renovação dos quantitativos originalmente registrados, nos limites previstos no instrumento convocatório e na respectiva ata, com a finalidade de assegurar a continuidade do atendimento das necessidades da Administração Pública, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **19. DA CONCLUSÃO**

**19.1.** Diante todo o exposto, é perceptível a necessidade de aquisição dos materiais médico-hospitalares para atender a demanda das unidades de saúde vinculadas a SEMUS.

**19.2.** A continuidade de atendimentos e serviços ofertados à população é totalmente depende da disponibilidade de materiais médico-hospitalares para atender a demanda clínica destes pacientes. E a ausência dos mesmos poderá colapsar o sistema de saúde, consequentemente, gerar maiores gastos a Administração Pública, como também, a população assistida.

**19.3.** Dessa forma, conclui-se viável que a aquisição de materiais médico-hospitalares, a fim de manter a manutenção e a continuidade dos serviços ofertados nas unidades de saúde.

Atenciosamente,

**TAMIRES SILVA DE AZEVEDO FERREIRA**  
DIRETORA/Coordenação de Farmácia

**ANA PAULA PEREIRA DE SOUSA**  
COORDENADORA/Coordenação Farmácia e Bioquímica



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Ana Paula Pereira De Sousa**, **Coordenadora**, em 07/04/2026, às 16:55, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Tamires Silva de Azevedo Ferreira**, **Diretora**, em 07/04/2026, às 17:15, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3664299** e o código CRC **24653ABE**.





**P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE ESTABELECIDAS.**

**BASE LEGAL: FEDERAL: LEI Nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES.**

**MUNICIPAL: DECRETO Nº 60.155/2024 E PROCESSO Nº 15901.000153/2026.**

**O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.816.886/0001-98, com sede na rua Dep. Raimundo Vieira da Silva, n. 2000, Parque do Bom Menino, Centro, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, neste ato representada por seu titular a Sr.(a) ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA, portador(a) da carteira de identidade nº. 0000616983964, expedida pela SSP/MA e inscrito(a) no CPF sob nº. 629.335.313-72, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da C.I. n.º XXXXXXXX XX/XX e CPF n.º XXXXXXXXXXXX, doravante denominada de CONTRATADA, firmam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a legislação que rege a espécie, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO**

**1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital da Proposta e da Lei nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, Lei Complementar nº 123/06 e Decreto nº 62.276/2026.**



**P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2. O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a aquisição e o fornecimento materiais médico-hospitalares** para atender as Unidades Básicas de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, constante no anexo I do Edital de licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta da CONTRATADA.

**2.1. Compõem o objeto da contratação:**

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
VALOR TOTAL					R\$ XXXXXX

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital do Pregão nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_.

2.2.3. A proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.2.5. Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**3.1. DO PRAZO DE ENTREGA**

3.1.1. O prazo para o início da entrega dos materiais será a partir da emissão e envio da ordem de fornecimento a empresa, com prazo máximo de entrega de 30 (trinta) dias corridos.

**3.2. DO LOCAL DE ENTREGA**

3.2.1. O local de entrega será no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís/ MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

**3.3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

3.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**3.4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**3.4.1.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**3.4.2.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**3.4.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**3.4.4.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**3.4.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**3.5. PRAZO PARA TROCA/SUBSTITUIÇÃO DO OBJETO**

**3.5.1.** O prazo para troca/substituição será de 30 (trinta) dias corridos após a notificação da empresa.

**3.5.2.** A troca de marca do produto cotado pela empresa, só poderá ser realizada após envio de solicitação formal, com cópia do Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante e posterior análise pelos setores técnicos e jurídicos.

**3.6. DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE, GUARDA E ARMAZENAMENTO**

**3.6.1.** O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante.

**3.6.2.** As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.

**3.6.3.** Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

**3.7. DA GARANTIA DO PRODUTO E VALIDADE**

**3.7.1.** Os Materiais Médico-hospitalares deverão atender aos requisitos técnicos legais estabelecidos pela legislação vigente, incluindo o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**3.7.2.** O prazo de validade no mínimo deve ser igual ou superior a 75% da validade total do insumo, contados a partir da data da entrega no Almoxarifado Central. Caso, seja autorizado previamente a entrega com data a menor, essa deverá ser solicitada previamente ao órgão e com envio da carta de compromisso de troca.

**3.7.3.** Deverão ainda conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso possuir em suas embalagens unitárias, especificações de quantidade, prazo de validade, bulas, condições de armazenamento e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito uso dos mesmos.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.** O Valor total do seguinte contrato importa em **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

**4.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	
<b>Projeto Atividade</b>	
<b>Natureza de Despesas</b>	
<b>Fonte do Recurso</b>	
<b>Ficha</b>	
<b>Nota de Empenho</b>	

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

**6.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da Parcela em atraso.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**6.3. FORMA DE PAGAMENTO**

**6.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6.4. LIQUIDAÇÃO:**

**6.4.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

**6.4.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.4.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**8.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.** São obrigações do Contratante:

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência e seus anexos.

**9.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato e no Termo de Referência;

**9.3.** Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

**9.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

**9.5.** Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no Termo de Referência e seus anexos.

**9.6.** Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**9.7.** Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

**9.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.10.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**9.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**9.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**9.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, no Termo de Referência, Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

**10.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**10.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**10.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**10.5.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**10.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**10.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação.

**10.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

**10.9.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

**10.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

**10.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

**10.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**10.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**11.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:

**11.1.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.2.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.3.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.5.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**11.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**11.9.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.10.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.11.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS**

**12.** A sustentabilidade ambiental tornou-se uma preocupação global, e o setor de saúde não está isento dessa responsabilidade. Tanto as empresas vendedoras de medicamentos e materiais médico-hospitalares quanto os órgãos que os comprem têm um papel crucial na promoção de práticas sustentáveis. A seguir, destacamos alguns critérios essenciais que devem ser considerados:

**12.1. Produção Sustentável:** As empresas vendedoras devem adotar práticas de produção sustentável, reduzindo o consumo de recursos naturais, minimizando resíduos e emissões, e





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

optando por materiais e processos menos prejudiciais ao meio ambiente. A certificação ambiental de produtos e processos é um indicador importante nesse aspecto.

**12.2. Embalagens Ecoeficientes:** A redução do uso de plásticos e materiais não biodegradáveis nas embalagens é crucial. Optar por embalagens recicláveis, compostáveis ou reutilizáveis pode significativamente reduzir o impacto ambiental associado aos resíduos gerados pelos produtos médicos.

**12.3. Gestão de Resíduos:** Tanto empresas vendedoras, quanto órgãos compradores devem adotar políticas rigorosas de gestão de resíduos, priorizando a reciclagem, reutilização e destinação adequada dos resíduos perigosos. Isso inclui a implementação de programas de coleta seletiva, tratamento e disposição final responsável.

**12.4. Transporte Sustentável:** A logística e o transporte dos produtos também são áreas que podem ser otimizadas para reduzir a pegada de carbono. A utilização de veículos mais eficientes, a consolidação de cargas e a promoção de rotas mais sustentáveis são práticas que devem ser incentivadas.

**12.5. Educação e Conscientização:** Promover a educação e a conscientização sobre práticas sustentáveis entre os funcionários, fornecedores e clientes é fundamental. Treinamentos, campanhas de sensibilização e materiais informativos podem contribuir para a adoção de comportamentos mais sustentáveis.

**12.6. Aquisição Responsável:** Os órgãos compradores devem priorizar a aquisição de produtos e serviços de empresas que demonstram comprometimento com a sustentabilidade ambiental. Isso pode ser feito por meio da inclusão de critérios ambientais nos processos de licitação e contratação.

**12.7. Monitoramento e Avaliação:** A implementação de sistemas de monitoramento e avaliação periódica das práticas sustentáveis é essencial para garantir a conformidade e a melhoria contínua. Indicadores de desempenho ambiental devem ser estabelecidos

**12.8.** Em suma, a sustentabilidade ambiental deve ser integrada às estratégias e operações das empresas vendedoras e dos órgãos compradores de medicamentos e materiais hospitalares. A adoção de práticas sustentáveis não apenas contribui para a proteção do meio ambiente, mas também pode resultar em benefícios econômicos, sociais e reputacionais significativos. Ao priorizar a sustentabilidade, essas organizações demonstram seu compromisso com um futuro mais justo, equitativo e saudável para todos.

## **12.9. Orientações da CGU**

**12.9.1.** Em conformidade com as legislações pertinentes à vigilância sanitária e orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) no que concerne à aquisição de Medicamentos, Insumos Hospitalares, Materiais da Área da Saúde, Higiene e Cosméticos.

**12.9.2.** Destacamos que este Guia, pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de solicitações no Termo de Referência, como por exemplo, item de descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA), Prova de atendimento aos seguintes requisitos de apresentação de Autorização de Funcionamento (AFE), Autorização Especial (AE) vigente, Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente. Destacamos que todas estas documentações compõem o Roteiro de Especificações.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**12.9.3.** Vale ressaltar que um dos documentos solicitados pela Vigilância Sanitária, para emissão de Alvará Sanitário para as empresas, é o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, o que demonstra que as empresas empregam práticas sustentáveis.

**12.9.4.** Já o Art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021 refere-se a um aspecto importante no contexto das licitações, especificamente no que diz respeito à consideração dos impactos ambientais e medidas mitigadoras. Este artigo destaca a necessidade de que, no processo de elaboração do edital de licitação, seja incluída a descrição dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do contrato, bem como as respectivas medidas para mitigá-los. A seguir, considerando estes aspectos, serão considerados os possíveis impactos ambientais bem como as medidas de mitigação.

**12.9.5. Impactos ambientais.**

**12.9.5.1.** O descarte inadequado de medicamentos pode acarretar uma série de impactos ambientais negativos, incluindo:

**12.9.5.1.1 Contaminação do solo e da água:** medicamentos descartados de maneira inadequada podem conter substâncias químicas nocivas que, ao entrarem em contato com o solo ou serem lançadas em corpos d'água, podem contaminar o meio ambiente. Isso pode afetar tanto a flora quanto a fauna, comprometendo ecossistemas naturais e recursos hídricos.

**12.9.5.1.2. Riscos à saúde humana:** a exposição a resíduos médico-hospitalares pode representar riscos à saúde humana, tanto para a população em geral quanto para trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos. Produtos químicos, micro-organismos patogênicos e materiais cortantes podem causar doenças e lesões se não forem adequadamente manuseados e descartados.

**12.9.5.1.3. Impactos na vida marinha:** o descarte inadequado de medicamentos pode atingir ecossistemas aquáticos, afetando a vida marinha. Substâncias químicas presentes nesses produtos podem prejudicar peixes, organismos marinhos e corais, comprometendo a biodiversidade e a saúde dos oceanos.

**12.9.5.1.4 Problemas de resíduos sólidos:** o aumento do descarte inadequado de medicamentos pode contribuir para o acúmulo de resíduos sólidos em aterros sanitários, aumentando os custos de gerenciamento de resíduos e ocupando espaço valioso.

**12.9.5.1.5. Impactos na vida selvagem:** resíduos médico-hospitalares descartados de maneira inadequada podem ser ingeridos ou entrelaçados por animais selvagens, causando danos físicos ou morte. Isso pode resultar em perturbação e desequilíbrio nos ecossistemas naturais.

**12.9.6. Medidas mitigadoras:**

**12.9.6.1.** Em resumo, o descarte inadequado de medicamentos representa uma ameaça significativa ao meio ambiente e à saúde pública. Portanto, é fundamental implementar práticas adequadas de gestão de resíduos, incluindo a coleta seletiva, o descarte seguro e a destinação final adequada, a fim de minimizar esses impactos ambientais negativos.

**12.9.6.2.** Neste sentido, destacamos que a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, adota, em toda as suas unidades, a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que é um documento técnico-operacional que estabelece procedimentos adequados para a gestão dos resíduos gerados em estabelecimentos de saúde. Esse plano é fundamental para garantir a segurança dos profissionais de saúde, dos pacientes e do meio ambiente, além de estar em conformidade com as normas regulatórias vigentes.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**12.9.6.3.** A Lei nº 12.305/2010, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é um marco na gestão ambiental, entretanto, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é uma exigência estabelecida pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa norma estabelece os requisitos técnicos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo hospitais, consultórios, farmácias e demais estabelecimentos que gerem esse tipo de resíduo.

**12.9.6.4.** O PGRSS abrange desde a geração dos resíduos até sua disposição final, passando pela coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação adequada. Ele deve contemplar diversos aspectos, como a classificação dos resíduos de acordo com sua natureza e periculosidade, os procedimentos para segregação e acondicionamento dos resíduos, os equipamentos de proteção individual necessários, os locais e condições de armazenamento temporário, as rotas de transporte, os métodos de tratamento e os destinos finais adequados.

**12.9.6.5.** Além deste aspecto, vale ressaltar que a SEMUS inclui no seu Plano Anual de Contratações, através do item 22, classe 301 (Serviço de Eliminação de Resíduos Especiais), a previsão e necessidade de contratação de empresa especializada em logística reversa, no que diz respeito ao recolhimento dos resíduos, sejam eles resíduos do Grupo A - Resíduos Infectantes, Grupo B - Resíduos Químicos, Grupo D - Resíduos Comuns ou Não Especiais, Grupo E - Resíduos Perfurocortantes, nas respectivas unidades de saúde desta secretaria, em consonância com o PGRSS de cada unidade de saúde. Destacamos ainda que as medidas de destinação final destes resíduos e a incineração a ser realizada pela empresa contratada, eliminando quaisquer possíveis impactos ambientais.

**12.9.6.6.** Diante disso, a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA adotará medidas como solicitar documentações técnicas às contratadas, como a autorização de funcionamento de empresa emitido pelo órgão sanitário fiscalizador competente, no Termo de Referência do Edital, bem como descreve os possíveis impactos ambientais e as medidas de mitigação realizadas após a Contratação.

**12.9.6.7.** Ao adotarmos práticas sustentáveis, reafirmamos nosso compromisso com a preservação do meio ambiente e com a promoção da saúde e do bem-estar das gerações presentes e futuras.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**13.1.** Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I.** Advertência.

**II.** Multa:

- a.** moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b.** moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  - b.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c.** compensatória de 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III.** Impedimento de licitar e contratar.

**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**14.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**14.6.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.7.2.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**14.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.12.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**15.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**15.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**15.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**15.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**15.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**16.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**16.2.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização ou dos defeitos observados;

**16.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**16.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**16.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**16.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**17.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**17.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**17.3.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO GESTOR DO CONTRATO**

**18.** Cabe ao gestor do contrato:

**18.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**18.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**18.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**18.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**18.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**18.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**18.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO**

**19.1.** A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**19.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

**19.3.** Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

**19.3.1.** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

**19.3.2.** Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REAJUSTE**

**20.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**20.2.** Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**20.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**20.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**20.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**20.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**22.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

**22.1.** A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município de São Luís, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos previstos no inciso II do caput do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

**23.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís (MA), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**  
**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_